



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 057

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 31 DE MAIO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Pedro Ivo
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 057

55ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ato da Comissão Executiva 03

Propostas de Emendas 03

Ofícios..... 05

Indicações 05

Requerimentos 07

Projetos de Lei 13

Pequeno Expediente:

Dep. Luciana Rafagnin 16

Dep. Tadeu Veneri..... 16

Dep. Antonio Belinati 18

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 20

Dep. Rafael Greca..... 21

Palavras do Presidente 22

Grande Expediente:

Dep. Luiz Claudio Romanelli 25

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 17

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 19

Liderança do PMDB

Dep. Rafael Greca..... 22

Liderança do PV

Dep. Rosane Ferreira 30

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 31

Discussão/Votação

Redação Final 32

3ª Discussão 33

2ª Discussão 33

1ª Discussão 33

Requerimentos 34

Encerramento da Sessão 35

Publicações:

Comissão Executiva

Atos..... 36

Diretoria Geral

Portarias 36

DIÁRIO Nº 057

55ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 55ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2010

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Luiz Nishimori.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Dr. Batista, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quintero (42).

Ausentes os Srs. Deputados: Elton Welter, Beti Pavin, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Duflío Genari, Fábio Camargo, Jonas Guimarães, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel e Nereu Moura (11).

Ausentes com justificativa o Sr. Deputado: Dobrandino da Silva (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ato da Comissão Executiva

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA

Srs. Parlamentares, através do presente, estamos apresentando resposta à Indicação nº 070/10, de autoria da nobre Deputada Cida Borghetti que sugere à Mesa Executiva firmar convênio com o Observatório Social do Brasil com a finalidade de contribuir com a consolidação dos trabalhos de transparência da Assembleia Legislativa do Estado.

O Observatório Social do Brasil tem experiência reconhecida pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), órgão da Organização das Nações Unidas como modelo de atuação da sociedade civil no controle social da gestão pública para todos os Países da América Latina.

Sendo assim, em razão dos difíceis momentos em que passa o Poder Legislativo e para implementar ainda mais o processo de transparência que está em plena realização nesta Casa, a Mesa Executiva acata plenamente a indicação da nobre Deputada para a realização de um convênio com Observatório Social do Brasil, e faz um convite através da pessoa seu Presidente, Eduardo Araújo, para que o OSB venha trazer sua experiência neste momento em que a Assembleia Legislativa vem realizando um trabalho que tem por preocupação maior transparência e legitimação dos seus atos, nos moldes que atual a administração vem ditando nos últimos anos.

Exemplo disso é a TV SINAL, o painel eletrônico, o Portal da Transparência, o site de pesquisa legislativa através da internet, dentre tantas outras atividades voltadas a clarificar o Poder Legislativo ao povo, que é o verdadeiro motivo de nossos trabalhos.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) NELSON JUSTUS

Propostas de Emenda à Constituição

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Art. 1º O parágrafo 2º do artigo 47 da Constituição do Estado do Paraná passará a vigor com a seguinte redação:

“Art. 47. (...)

§ 2º O Conselho da Polícia Civil, composto exclusivamente por Delegados de Polícia, preferencialmente da classe mais elevada, é órgão consultivo, normativo e deliberativo, para fins de controle de ingresso, ascensão funcional, hierarquia e regime disciplinar das carreiras policiais civis;”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamento:

Fernando Scanavaca, Alexandre Curi, Enio Verri, Tadeu Veneri, Luiz Nishimori, Luiz Carlos Martins, Teruo Kato, Nelson Justus, Ney Leprevost, Antonio Belinati, Valdir Rossoni, Wilson Quinteiro, Elio Rusch, Rosane Ferreira, Neivo Beraldin, Luiz Fernandes Litro, Luiz Claudio Romanelli, Cida Borghetti, Waldyr Pugliesi, Ademir Bier, Luciana Rafagnin, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró e Dr. Batista.

JUSTIFICATIVA:

A presente Proposta de Emenda Constitucional justifica-se em virtude do parágrafo segundo do artigo 47 da Constituição Estadual do Paraná definir somente as atribuições do Conselho de Polícia Civil, nada dispondo sobre sua composição, a qual está prevista em lei complementar estadual.

No entanto, consideramos fundamental que sua composição esteja definida de forma expressa no texto constitucional, bem como seja formada exclusivamente por Delegados de Polícia, por tratar-se de unidade de nível de direção da Polícia Civil, cuja instituição é consagrada no artigo 144 da Constituição Federal, trazendo assim segurança jurídica ao importante órgão.

A Lei Complementar Estadual nº 014/82, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 098/03, inseriu os incisos IV e VII ao artigo 6º da referida lei, os quais

incluíram na composição do Conselho de Polícia Civil dois representantes do Ministério Público e um representante da Procuradoria Geral do Estado. Entretanto, consideramos que a presença de representantes exógenos à Polícia Civil apresenta vício de inconstitucionalidade, conforme segue:

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, cuja organização, atribuições e o estatuto de cada Ministério Público serão estabelecidos por lei complementar da União e dos Estados, sendo que a seus membros é vedado exercer qualquer outra função pública, salvo uma de Magistério (artigo 127 e artigo 128, parágrafo 5º, inciso II, alínea “d” da Constituição Federal 1988).

Ainda, dentro as funções institucionais do Ministério Público, o inciso IX do artigo 129 da Constituição Federal coloca a atribuição para exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

Por conseguinte, as atribuições do Parquet, dentre elas o controle externo da atividade policial, deve ser regulada através da lei complementar, que no Estado do Paraná trata-se de Lei Complementar nº 085/99.

Este comando legal, em seu artigo 57, inciso XII, dispôs acerca de controle externo na atividades policial, visando a atividade de persecução penal e controle de ilegalidades ou abuso de poder, ou seja, restringiu-se na atividade fim de polícia judiciária e não nas atividades meio, executadas pela Polícia Civil, de ordem administrativa.

Caso a Constituição Federal quisesse que membros do Ministério Público compusessem órgãos de Segurança Pública, o faria de forma expressa; entretanto, nada discorreu acerca deste ponto.

A Polícia Civil, por outro lado, é instituição permanente e essencial à função de Segurança Pública, fundamentando-se na hierarquia e disciplina (artigo 47, *caput* e parágrafo 1º da Constituição Estadual), não havendo qualquer subordinação hierárquica entre membros do Ministério Público e Delegados de Polícia, uma vez que são instituições distintas e com funções diversas e delimitadas constitucionalmente.

Do modo como está a composição do órgão colegiado, o Ministério Público encontra-se dentro de uma unidade da Polícia, em nível de direção, que é subordinada ao Secretário de Estado da Segurança Pública que, por sua vez, é subordinado ao Governador do Estado, representante do Poder Executivo.

Tendo em vista a inconstitucionalidade da presença do Ministério Público no Conselho de Polícia Civil está em trâmite a ação direta de inconstitucionalidade de número 2926, perante o Supremo Tribunal Federal. A tendência é de que a Corte Constitucional derrube a presença do Ministério Público no Conselho de Polícia Civil, conforme precedente do próprio Tribunal, em que se negou segurança a promotor de Justiça para exercer cargo administrativo junto ao Executivo (MS 26595).

Quanto aos Procuradores do Estado, pelo dispositivo constitucional, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas (artigo 132 da Constituição Federal de 1988), sendo a advocacia do Estado do Paraná uma função institucionalizada e organizada pela Lei Complementar Estadual nº 026/85, que possui como único órgão de execução a Procuradoria-Geral do Estado, diretamente vinculada ao Governador do Estado.

Pela leitura dos preceitos supra, dá-se a impressão de que a presença da Procuradoria-Geral do Estado, dentro de uma unidade de direção da Polícia Civil, não é ofensiva ao sistema jurídico, uma vez que faz parte do Poder Executivo. Todavia, esta não é a visão a ser aceita, em virtude de demarcação constitucional e legal das funções da Procuradoria-Geral.

O artigo 124 da Constituição Estadual determina a competência da Procuradoria-Geral, no mesmo sentido de disposição constitucional federal - acrescentando matéria de unificação de jurisprudência administrativa do Estado - para a realização de processos administrativos disciplinares (nos casos previstos em lei) e orientação jurídica aos Municípios (de forma complementar ou supletiva).

Já o artigo 5º inciso VII do Estatuto da Procuradoria Geral do Estado dispõe que, ente as atribuições do Procurador Geral é indicar nomes de integrantes da carreira para presidirem ou integrarem comissões de processos administrativos e sindicâncias no interesse da Administração Pública.

A despeito da previsão da realização de apuração de infrações administrativas, denota-se que tal dispositivo se aplica apenas em situações em que o sistema legal estadual não preveja mecanismos específicos da realização dos processos disciplinares respectivos, não ocorrendo em relação ao regime disciplinar da Polícia Civil, que possui normatização estrutural e procedimental própria, concentrando-se as funções na Corregedoria Geral da Polícia Civil.

Salienta-se, também, que é vedado aos Procuradores do Estado o exercício de qualquer outra função pública, salvo o magistério - artigo 125, parágrafo 3º, inciso II, da Constituição Estadual.

Diante do exposto, consideramos fundamental que o Conselho de Polícia Civil seja composto tão somente por Delegados de Polícia, preferencialmente da classe mais elevada, tendo em vista os fundamentos da hierarquia e disciplina.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Art. 1º Insere o parágrafo 4º ao artigo 47 da Constituição do Estado do Paraná que passará a vigor com a seguinte redação:

“Art. 47. (...)

§ 4º O cargo de Delegado de Polícia integra, para todos os fins, as carreiras jurídicas do Estado.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamento:

Fernando Scanavaca, Tadeu Veneri, Alexandre Curi, Enio Verri, Plauto Miró, Luiz Carlos Martins, Teruo Kato, Antonio Belinati, Valdir Rossoni, Wilson Quinteiro, Ney Leprevost, Elio Rusch, Augustinho Zucchi, Waldyr Pugliesi, Nelson Justus, Luiz Nishimori, Luiz Claudio Romanelli, Cida Borghetti, Ademir Bier, Neivo Beraldin, Rosane Ferreira, Luciana Rafagnin, Pastor Edson Praczyk, Dr. Batista e Luiz Fernandes Litro.

JUSTIFICATIVA:

A presente Proposta de Emenda Constitucional justifica-se em virtude do parágrafo primeiro do artigo 14 da Lei Complementar Estadual nº 014/82, alterado pela Lei Complementar Estadual nº 084/98, estabelecer como privativa dos bacharéis em Direito a carreira de Delegado de Polícia.

Ao mesmo tempo, a quase totalidade dos editais para concursos públicos em todos os Estados brasileiros, que tenham por objetivo selecionar pessoas para exercer a função de Delegado de Polícia, exigem como pré-requisito o bacharelado em Direito.

O conjunto de atribuições constitucionais dos Delegados de Polícia está delineado tanto em dispositivos de direitos e garantias fundamentais inseridos na Constituição Federal, como nas normas previstas no Código de Processo Penal, cabendo conferir garantias ao cidadão preso, manter comunicação com o Poder Judiciário, realizar autuações em flagrante e outras medidas cautelares processuais visando apurar infrações penais. Diante destas peculiaridades exige-se do Delegado de Polícia vastos conhecimentos jurídicos, razão pela qual o cargo é privativo de bacharel em Direito.

Por fim, visando justamente trazer segurança jurídica aos Delegados de Polícia e valorização à Segurança Pública, relevante é que a Constituição Estadual expressamente preveja a natureza jurídica do cargo de Delegado de Polícia, tendo em vista as exposições feitas.

Ofícios

Sob o nº 784/10/GS do Sr. Carlos Moreira Junior, Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Ney Leprevost, que solicita esclarecimentos sobre a estratégia do Governo - plano de ação - para o combate à Influenza A (H1N1) em nosso Estado. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 393/10-DG/SEED do Sr. Altevir Rocha de Andrade - Diretor Geral da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao pedido de esclarecimentos sobre aparelhos congeladores armazenados no Parque da Ciência Newton Freire Maia. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 119/10 do Sr. Reginato Joaquim Grun Bueno, Chefe do Escritório Regional do IAP em Curitiba, em resposta ao pedido de informações requerido pela Deputado Rosane Ferreira, que solicita esclarecimentos sobre denúncia de irregularidades na empresa Essencis Soluções Ambientais S/A em Curitiba. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 1133/10 do Sr. Ney Caldas - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pela Bancada da Oposição que solicita esclarecimentos sobre as campanhas publicitárias da Administração Pública Estadual. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº CEE/CC 1062/10 do Sr. Ney Caldas - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pela Bancada da Oposição que solicita esclarecimentos sobre a tarifa social da água para pessoas de baixa renda no Estado. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

GABINETE DO GOVERNADOR

PALÁCIO DAS ARAUCÁRIAS

Curitiba, em 31/05/10.

OFÍCIO CEE/G 046/10

Senhor Presidente:

Cumprimento cordialmente V. Exa., ao tempo em que comunico-lhe que a partir de 01/06/10, o novo Líder do Governo junto à Assembleia Legislativa do Estado é o Deputado Caíto Quintana.

Atenciosamente,

(a) ORLANDO PESSUTI
Governador do Estado

Indicações

INDICAÇÃO Nº 098/10

SÚMULA:

Solicita estudo para instalação de passarelas para pedestres, lombadas eletrônicas e sinalização horizontal (pinturas de faixas e colocação de tachas refletivas), no Roan. Contorno Sul (BR-376) Curitiba/PR, localizada entre às BR-476 e 277.

Ao Exmo. Sr. José da Silva Tiago - Superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT/PR:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - solicita estudo para instalação de passarelas para pedestres, lombadas eletrônicas e sinalização horizontal (pinturas de faixas e colocação de tachas refletivas), no Roan. Contorno Sul, Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Contorno Sul cruza toda a Cidade Industrial de Curitiba - CIC, maior bairro em extensão geográfica da Capital e que segundo o censo de 2000, moravam no local 157 mil e 461, correspondendo a 10% da população de Curitiba. Fazem parte da CIC o Jardim Gabinete, Vila Sandra, Atenas, Augusta, as Vilas Itatiaia, Osvaldo Cruz 1 e 2, Vila Nossa Senhora da Luz, Santa Helena, Conquista, Caiuá, Barigui, Vila Verde, Vitoria Régia e várias outras.

Construído na década de 70 e tendo a segunda pista, sendo inaugurada em 2002, o Contorno Sul necessita urgentemente de uma revitalização, com instalações de passarelas para pedestres, radares, sinalização horizontal e uma melhor iluminação.

O mesmo foi projetado, com um sistema binário de laterais para facilitar a entrada e saída de veículos, mas até a data de hoje, só foi concluída uma lateral, denominada avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, faltando a conclusão da outra lateral.

Há anos vem sendo palco de manifestações da população, movimentos sociais, sindicatos e dos próprios empresários, em protesto pelos acidentes que ali acontecem quase que diariamente, com acidentes de caminhões, automóveis, atropelamentos de pedestres, inclusive com vítimas fatais.

Para os trabalhadores atravessarem, a pé, as pistas do Contorno Sul, a única opção que possuem é se arriscarem em meio aos veículos que trafegam em alta velocidade, pois não há uma única passarela para os pedestres, nos seus 15 quilômetros de extensão e o único radar que possuía foi desativado, facilitando assim o excesso de velocidade de automóveis e caminhões, e a grande quantidade de acidentes, no local.

Diante do exposto, considero ter chegado o momento do DNIT o mais urgente possível atender a esta reivindicação para uma maior segurança de todos. Desta forma, pelo o apoio dos nobres Pares que seja aprovada esta indicação.

INDICAÇÃO Nº 099/10

SÚMULA:

Sugere ao Governador do Paraná Exmo. Sr. Orlando Pessuti que interpele a Secretaria de Estado da Segurança Pública sobre os abusos cometidos contra o Padre Silvio Andrei.

Rafael Greca Macedo, Deputado que este subscreve, valendo-se de suas prerrogativas constitucionais, conforme o previsto no regimento desta Casa de Leis, sugere ao Sr. Governador do Estado do Paraná, Orlando Pessuti, que interpele a Secretaria de Estado da Segurança Pública sobre os abusos - contrários aos direitos humanos e a todos os convenções internacionais de tratamento humanitário a prisioneiros - cometidos contra o Padre Silvio Andrei, por policiais e titulares da Delegacia de Ibiporã, no sábado e domingo 15 e 16 de maio, quando na prisão do religioso - acusado de dirigir em estado de embriaguez. E posteriormente, exposto a toda sorte de escárnio e tortura, seja física, seja moral, com veiculação pela internet patrocinada pelas autoridades policiais.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Comando Regional da Polícia Militar e o Delegado de Ibiporã precisam explicar e reparar a conduta desumana dos Soldados e carcereiros do Padre Silvio Andrei, que fotografaram e filmaram o preso - sob custódia e proteção do Estado do Paraná - algemado pelas mãos e pernas, sem roupa, encarcerado, em estado alterado, e exibiram as cenas do Youtube, no Twitter, na internet, acessando inclusive as imagens aos sites e blogs, a partir da RPC - Rede Paranaense de Comunicações.

É preciso reparar o dano moral, e punir os responsáveis pelos excessos, verdadeira tortura moral e física, ou poder-se-á afirmar que não estão em vigor no Paraná os postulados de respeito aos prisioneiros e à dignidade da pessoa humana. Se julgar a infração cometida no trânsito pelo Padre, pela qual sabemos que deve responder em Juízo, lamentamos profundamente os atos policiais que envergonham nosso Estado, e colocam o seu aparato prisional sob suspeita de infração dos direitos humanos.

INDICAÇÃO Nº 100/10

SÚMULA:

Solicita ao Exmo. Sr. Governador do Estado a realização de estudo para instalação de uma faculdade estadual no Município de Carlópolis.

Ao Exmo. Sr. Governador:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se respeitosamente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Orlando Pessuti, para solicitar a realização de um estudo da viabilidade técnica e sócio-econômica para a instalação de uma faculdade estadual no Município de Carlópolis com a realização de pesquisas indicativas dos melhores cursos a serem oferecidos para a população local.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Desde a década de 70 até o corrente ano, a população do Município de Carlópolis em vez de aumentar, teve um decréscimo que chegou a quase 20% segundo nos informou a municipalidade.

A razão de toda esta evasão populacional tem sido a necessidade dos jovens carlopolenses em ingressar numa instituição de ensino superior, uma vez que o Município não dispõe de nenhuma faculdade, estando a mais próxima a quase 100 quilômetros de distância. Ocorre que estes jovens acabam sendo impingidos a se mudarem para as Cidades vizinhas para estudar e muitas vezes acabam encontrando nestas mesmas um emprego e não mais retornam às suas origens. A região possui agro-indústrias e outros setores que favorecem o emprego nas áreas como Engenharia Agrônômica, Veterinária, Zootecnia e Engenharia Ambiental.

Ademais, os benefícios são incontáveis, vez que se estará investindo na educação do Estado do Paraná.

INDICAÇÃO Nº 101/10

SÚMULA:

Propõe a construção de pavimentação de vias urbanas no Município de Fazenda Rio Grande.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Orlando Pessuti:

O Deputado Francisco Bühler, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado, reivindicando o que segue:

Solicita estudos de viabilidade orçamentária para construção de pavimentação de 6 quilômetros em vias urbanas no Município de Fazenda Rio Grande.

A presente solicitação endossa pedido formulado pela Administração Municipal de Fazenda Rio Grande, assinado pelo Prefeito Francisco Luiz dos Santos.

O pedido exposto é de extrema importância para o Município e a administração local, que busca proporcionar a comunidade, tráfego urbano de qualidade e consequentemente, elevação na melhoria da qualidade de vida da população.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) FRANCISCO BÜHRER

INDICAÇÃO Nº 102/10

SÚMULA:

Propõe a construção de uma escola municipal na localidade do Leão, no Município de Agudos do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Orlando Pessuti:

O Deputado Francisco Bühler, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado, reivindicando o que segue:

Solicita estudos de viabilidade orçamentária para construção de uma (01) escola municipal, com 15 salas de aula e demais dependências, na localidade denominada Leão, no Município de Agudos do Sul.

A presente solicitação endossa pedido formulado pela Administração Municipal de Agudos do Sul, assinado pelo Prefeito Antonio Gonçalves da Luz.

Faz-se justo o exposto, porque se busca a ampliação da oferta e da melhoria do Ensino Fundamental, naquele Município, em consonância com a política educacional do Estado do Paraná e em cumprimentos a diretrizes constitucionais que asseguram a população de forma equânime o direito a educação.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) FRANCISCO BÜHRER

INDICAÇÃO Nº 103/10

SÚMULA:

Propõe a construção de galpões industriais no Município de Agudos do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Orlando Pessuti:

O Deputado Francisco Bühler, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado, reivindicando o que segue:

Solicita estudos de viabilidade orçamentária para construção e implantação de galpões industriais, no Município de Agudos do Sul.

A presente solicitação endossa pedido formulado pela Administração Municipal de Agudos do Sul, assinado pelo Prefeito Antonio Gonçalves da Luz.

A busca constante pelo desenvolvimento igualitário e proporcional a todos os Municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba deve ser uma política permanente do Executivo Estadual, e através da qual se garanta a todos, o direito ao emprego, trabalho e renda, e consequentemente, a melhoria da qualidade de vida independente de sua localização ou condição geográfica, assim, reiteramos o exposto corroborando com visão da Administração de Agudos do Sul no que se apresenta.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) FRANCISCO BÜHRER

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1734

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, justificar sua ausência na Sessão Plenária do dia 26 de maio próximo passado, devido ao fato de ter participado de reunião na Prefeitura de Londrina, juntamente com autoridades locais.

Sem mais para o momento, agradeço a atenção dispensada.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1718

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Adalgisa Fonseca Kremer, ocorrido no dia 04/05/10.

Dona Adalgisa, como era conhecida e chamada por todos, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade. Formou-se no Magistério, tendo atuado como professora de escola rural na região de Londrina.

Expressiva senhora da sociedade paranaense, mãe que teve na família e no amor ao próximo suas maiores riquezas, a bondade cristã espelhada no ser humano que deixará saudade.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza de que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Deixa quatro filhos, seis netos e um bisneto.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 1719

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Marina Lisboa Sprenger, ocorrido no dia 07/05/10.

Dona Marina, como era conhecida e chamada por todos, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade. Professora primária em São José dos Pinhais, dedicou-se também aos negócios de seu marido.

Expressiva senhora da sociedade paranaense, mãe que teve na família e no amor ao próximo suas maiores riquezas, a bondade cristã espelhada no ser humano que deixará saudade.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza de que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Deixa três filhos, quatro netos.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 1721

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Maria Fonseca Mercer, ocorrido no dia 23/04/10.

Dona Maria, como era conhecida e chamada por todos, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade. Católica fervorosa e devota de Nossa Senhora dos Remédios era participante ativa dos movimentos sociais.

Expressiva senhora da sociedade paranaense, tia que teve na família e no amor ao próximo suas maiores riquezas, a bondade cristã espelhada no ser humano que deixará saudade.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza de que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 1722

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Anísio Tormenta, ocorrido no dia 18/05/10.

Sr. Anísio, como era conhecido e chamado por todos, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade. Um dos principais líderes do agropêlo, era Presidente da ALCOPAR, líder equilibrado e empreendedor. Um homem conciliador e harmonizador de discussões.

Expressivo empresário paranaense, que teve na família e no amor ao próximo suas maiores riquezas.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza de que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 1724

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após aprovação do douto

Plenário, REQUER envio de voto de pesar a família do Dr. Ruy Noronha Miranda pelo seu falecimento, ocorrido no dia 27/05/10, na Cidade de Curitiba /PR.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio da cópia aos familiares.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

No intuito de prestar homenagem ao Dr. Rui Noronha Miranda, falecido na data de 27/05/10, por todos os valiosos trabalhos que realizou. Ruy Miranda foi idealizador da Fundação Pró-Hansen, professor emérito da UFPR, presidente da Academia Paranaense de Letras (1954-1956), vice-presidente da Associação Médica Brasileira e Chefe do Centro de Estudos Leprológicos Souza Araújo da UFPR (1960-1983).

REQUERIMENTO Nº 1728

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do médico Ary de Christian, falecido em Curitiba.

O médico faleceu de infarto fulminante, dia em que lançaria um livro de memórias e comemoraria 80 anos.

Esta Assembleia lamenta a perda e pede a Deus que console essa família no momento de profunda dor.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1731

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do médico Ruy Miranda, falecido em Curitiba.

O médico foi idealizador da Fundação Pró-Hansen, professor da UFPR e Presidente da Academia de Letras (1954-1956).

Esta Assembleia lamenta a perda e pede a Deus que console essa família no momento de profunda dor.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1745

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Alexandre Pato Cunha.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que é com grande tristeza que o Município de Jaguariaíva se despede de Alexandre Pato Cunha.

Deixa a Cidade de Jaguariaíva e sua população consternada. Pois perde um dos homens que participavam da vida ativa do Município.

Jaguariaíva perde um de seus valorosos homens. Mas deixa um rastro de paradigmas a serem seguidos, pelo seu bom exemplo.

REQUERIMENTO Nº 1746

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares de Leopoldo Degraj Rosas.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

JUSTIFICATIVA:

Justificativa o proponente dizendo, que Leopoldo Degraj Rosas deixa uma Cidade enlutada. Ponta Grossa chora a perda trágica de seu ilustre filho em um acidente automobilístico na Cidade vizinha de Ortigueira, Leopoldo Degraj Rosas, vem de uma descendência tradicional de Ponta Grossa, onde sua família participa ativamente do desenvolvimento do Município. Aos 25 anos em plena juventude, deixa consternado a todos, onde o lastro de amizade faz de seus últimos dias em vida a ser lembrado como se sua existência entre nós fosse eterna.

REQUERIMENTO Nº 1747

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Casemira Rotta Pinto ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1748

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Altvino Machado de Oliveira ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1749

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Camilo da Cruz ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1750

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Neiva Silva ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1751

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Valter Borges dos Santos ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1752

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Amália Geninha Viegante ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1753

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Douglas Roberto dos Santos ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1754

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Leonor Borges dos Santos ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1755

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Nilton José Medeiros ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1756

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Vanda Retchin ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1757

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Antonio Claudio de Oliveira ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1758

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Elias Foão Maria Kuk ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1759

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Aparecida Lemes dos Santos ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1760

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Sergio Fernando San Ways ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1761

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Zenóvia Matiak ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1762

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Calina Andrade da Silva ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1763

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Joana Prinke ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1764

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Tereza Pires ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1765

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Sezefredo Axt ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1712

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a professora Dra. Nádia Aparecida Moreno, será empossada no cargo de Reitora da Universidade Estadual de Londrina - UEL no dia 10/06/10.

Requer ainda, envio de cópia.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1713

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos

de congratulações a professora Dra. Berenice Quinzani Jordão, será empossada no cargo de Vice-Reitora da Universidade Estadual de Londrina - UEL no dia 10/06/10.

Requer ainda, envio de cópia.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1729

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, os adiante nominados Deputados com assento nesta Casa de Leis REQUEREM à Mesa seja encaminhado voto de congratulações ao novo Presidente, Paulo Adalberto Zanetti, da ALCOPAR - Associação de Produtores de Alcool de Açúcar, Tácito Octaviano Barduzzi Júnior, SIALPAR - Sindicato das Indústrias de Alcool e Antonio Sérgio de Oliveira, SIAPAR - Sindicato dos Fabricantes de Açúcar, com votos extensivos aos componentes dos Conselhos das referidas instituições.

Requer ainda, envio de cópia.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1730

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis REQUEREM à Mesa seja oficiado ao Sr. Antonio Mário Manicardi, enviando-lhes voto de congratulações, em razão do lançamento do Livro "Maringá meu bom dia pra você!".

A obra é uma miscelânea, com momentos didáticos, lúdicos, poéticos, poéticos e até mesmo humorísticos. A idéia do livro surgiu após convite para entrar na Academia de Letras de Maringá. Entrou para a ALM apenas com o esboço do livro. Empolgado, já pensa em um segundo livro.

O lançamento do livro ocorreu no dia 27 de maio às 20h, no auditório Hélio Moreira, Maringá.

Requer ainda, envio de cópia.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1735

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, a diretoria da Associação Beneficente Evangélica de Santa Terezinha de Itaipu - ABESTI, pelos brilhantes trabalhos desenvolvidos em benefício da comunidade de Santa Terezinha de Itaipu.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Claudiney Costa Ferreira - Presidente da ABESTI, através de correspondência a ser encaminhada.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1766

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Exmo. Sr. Anderson Furlan Freire da Silva, pelo lançamento do livro Direito Ambiental, com votos extensivos ao Sr. William Fracalossi.

O Sr. Anderson Furlan, é atualmente Juiz Federal da Comarca de Maringá, Mestre e Doutorando em Ciências Jurídico-Econômicas (Faculdade de Direito de Lisboa).

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1714

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Associação do Parque Histórico de Carambeí.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Associação do parque Histórico de Carambeí, entidade com caráter sociocultural que vem para amenizar a saga dos pioneiros holandeses e a evolução da história e as experiências de uma nova sociedade, de forma sustentável, interagindo com a comunidade e promovendo o desenvolvimento humano. Fazendo do Parque um espaço de memória do desenvolvimento do agronegócio através do cooperativismo.

São homenageados:

Conselho Curador: Frank Dríjtra - Presidente; Dick Carlos De Geus - Vice-Presidente.

Curadoria Executiva: Fábio André Chedid Silvestre - Curadoria Técnica; Guilherme Klopfeisch - Curadoria Comercial.

REQUERIMENTO Nº 1715

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Associação Curitibana dos Órfãos da Aids pelos 15 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Associação Curitibana dos Órfãos da Aids pelos 15 anos de fundação, dando atendimento e assistência a criança e adolescentes ou órfãos portadores de HIV, de famílias de baixa renda residentes no Estado do Paraná. Com projetos sociais que fornecem moradia, alimentação e atendimento médico, odontológico, fonoaudiológico, psicológico, pedagógico e cuidados de enfermagem, cumpram um papel de suma

importância para os necessitados e para a comunidade. A instituição vem nestes 15 anos conquistando o reconhecimento da sociedade e oportunizando melhores condições de vida aos atendidos.

REQUERIMENTO Nº 1716

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Restaurante Gazebo.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Restaurante Gazebo, na pessoa de sua proprietária Srta. Danielle Masselli, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana, os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de uma cozinha de excelência, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável, fazendo do bom atendimento, um gerador de amizades no bairro do Batel.

REQUERIMENTO Nº 1717

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Romani S/A Indústria e Comércio de Sal.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Romani S/A Indústria e Comércio de sal, que neste ano completa 50 anos de fundação, demonstrando seriedade e ousadia. Com um conceito moderno de mercado e de metodologia de negócios, leva à sociedade e ao meio ambiente, a sua responsabilidade como agente gerador de empregos e de qualidade de vida. Valorizando o homem e com uma consciência voltada para a qualidade de seus produtos, escreve uma história de sucesso, acreditando no trabalho como fator de alto grau de eficiência e competitividade. Contando com um corpo técnico de profissionais especializados que atuam com responsabilidade e comprometimento, buscando a excelência nos serviços prestados por esta importante empresa paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1720

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Danielle Masselli.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Srta. Danielle Masselli, empresária do ramo de alimentação, destaca-se como referência na gastronomia da Capital. Sua atividade demonstra seu caráter empreendedor e dinâmico, gerando empregos e movimentando a economia. Comerciante que tem responsabilidade social, produz e oferece serviços, adotando uma série de princípios administrativos que engendram a organização e o consequente desenvolvimento da empresa. Cumpridora das exigências do mercado, é o eixo a um tempo da produção e da repartição, exercendo a atividade de forma organizada e criativa.

REQUERIMENTO Nº 1723

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Cooperativa de Transporte de Cargas e Anexos Ltda - Coopanaxos.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Cooperativa de Transportes de Cargas e Anexos Ltda - Coopanaxos, na pessoa de sua presidente, Sr. José Pereira de Jesus, que administra a entidade no ano em que chega ao seu cinquentenário, com uma história marcada pelo sucesso, muito trabalho e senso de cooperativismo. Com mais de 200 cooperados, tem importância fundamental na história e na economia de Paranaguá, sendo a maior cooperativa de transporte de cargas do Paraná, que conquistou respeito e reconhecimento no mercado, sempre atendendo as novas demandas, gerando empregos e renda, atuando com comprometimento no desenvolvimento e no futuro de Paranaguá e do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1727

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governo do Estado, Exmo. Sr. Orlando Pessuti, bem como à Secretária de Estado da Educação, Exma. Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitando dos mesmos a imediata implantação das alterações de regime de trabalho para professores estaduais, haja vista que muitos professores assinaram o pedido de exoneração do segundo cargo, visando à transformação do cargo mais antigo de 20 horas para 40 horas, seguindo os trâmites exigidos pela Secretaria de Educação. Contudo, a falta da implantação da chamada “dobra”, ou seja, da alteração do regime de trabalho, importa em prejuízos para os professores, situação que tem deixado muitas famílias temendo a dura falta de recursos para custear as despesas básicas de sustento.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) CIDA BORGHETTI

Projetos de Lei**PROJETO DE LEI Nº 246/10**

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 4º, da Lei nº 15876, de 07/07/08 passa a vigor com a seguinte alteração:

“Art. 4º O desrespeito aos mandamentos e preceitos contidos nesta lei, por parte dos estabelecimentos comerciais atingidos, ensejará na cassação do respectivo registro comercial e do direito de comercialização no âmbito do Estado do Paraná.”

Art. 2º A Lei nº 15876, de 07/07/08, passa a vigor com a inserção do artigo 5º, com a seguinte redação:

“Art. 5º A omissão da autoridade competente seja da ordem social, Segurança Pública, defesa do consumidor ou qualquer outra autoridade pública abrangida pelo âmbito normativo desta lei, em garantir à meia entrada dos professores, ensejará em crime de responsabilidade”.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Observados os efeitos da Lei nº 15876, de 07/07/08, de nossa autoria, que institui a meia entrada para o ingresso em estabelecimentos e/ou casas de diversões, praças esportivas e similares, que promovam espetáculos de lazer, entretenimento e difusa cultural, aos professores de rede de ensino público e particular de todo o território do Estado do Paraná, detectamos que alguns poucos estabelecimentos comerciais, em especial aqueles que não possuem sede no âmbito de nosso Estado, recusam-se a atender e respeitar os preceitos contidos na Lei Estadual.

Quase a totalidade dos estabelecimentos atingidos pela lei, atende e compreende o alcance social e educacional da norma proposta, nas mais diversas regiões do Estado, tão somente uma rede de cinemas de contrapõe a edição, desrespeitando a lei aprovada pela unanimidade dos Parlamentares desta Casa Legislativa, em detrimento ao direito auferido a classe dos professores paranaenses.

Recentemente, a esfera federal editou norma regulamentadora para concessão do benefício da meia entrada, após o vigor da nossa Lei Estadual, sendo que entendemos que nossa legislação é pertinente e necessária de forma concorrente e complementar, e que em nada agride ou contrapõem-se a norma superior.

Assim sendo, conclamo os nobres Pares desta Casa a promoverem efetivamente a norma em vigor, aprovando a presente proposta de alteração que objetiva garantir o acesso facilitado a cultura a quem tem o mister propósito de disseminá-la, a nossa querida classe dos professores, sejam eles da rede pública ou privada de ensino.

PROJETO DE LEI Nº 247/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação dos Moradores do Jardim Boa Vista, com sede e foro no Município Mandaguari.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Jardim Boa Vista, com sede no Município de Mandaguari, conforme disposto no artigo 1º de seu estatuto, é associação sem fins lucrativos, que tem como objetivos principais, conforme se vê no artigo 2º e 3º, do mesmo estatuto, dentre outros, prestar assistência aos moradores do bairro, representar aos interesses da comunidade junto aos meios políticos e órgãos administrativos, contribuir para melhoria e conservação do bairro etc.

Associação dos Moradores do Jardim Boa Vista constituirá, portanto, incentivo indispensável para que essa entidade possa continuar a desenvolver seus trabalhos - sempre carente de meios - de modo a que essa associação possa pleitear recursos adicionais e, assim, continuar a desenvolver seu notável trabalho no auxílio às pessoas que, a cada dia, mais a procuram.

PROJETO DE LEI Nº 248/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação dos Voluntários da Igreja Avivamento do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Voluntários da Igreja Avivamento Bíblico - AVIVA, é uma instituição civil com personalidade jurídica de direito privado, de duração indeterminada, de caráter eminentemente assistencial, cultural, filantrópica, representativa político-partidária sem fins lucrativos.

A AVIVA tem por finalidade apoiar e desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida dos seres humanos e do meio ambiental, através das atividades de educação profissional, especial e ambiental, com finalidade de ajuda espiritual segundo os ensinamentos da Igreja Evangélica do Avivamento Bíblico.

Concomitantemente é finalidade promover e estimular o desenvolvimento da cidadania, ética, paz, direitos humanos, democracia e de outros valores universais, principalmente o resgate do valor espiritual de pessoas à margem da sociedade, quer com problemas de deficiência física e psicológica.

A dedicação às atividades acima previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas fins.

O título de utilidade pública é essencial para que este trabalho possa ser mantido e, cada vez mais ampliado.

PROJETO DE LEI Nº 249/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Com base no que dispõe o artigo 121, parágrafo 1º, e o artigo 123, ambos do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresentamos o presente projeto de lei, nos seguintes termos.

Art. 1º O Anexo III, da lei nº 16390/10, passa a vigorar com o seguinte conteúdo:

ANEXO III	
NÍVEL	LIMITE DA VERBA DE REPRESENTAÇÃO
Nível Básico	até 20% (vinte por cento) do vencimento básico
Nível Médio	até 40% (quarenta por cento) do vencimento básico
Nível Superior	até 80% (oitenta por cento) do vencimento básico
Comissionados	até 100% (cem por cento) do vencimento básico

Art. 2º Ato da Mesa Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná regulamentará o disposto no artigo 1º, nos casos ainda omissos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa dar nova redação ao Anexo III da Lei nº 16390/10, tendo em vista a ausência de razoabilidade na elaboração da tabela ora reformada.

As reformas introduzidas pela nova tabela elaborada, colocam em condições de igualdade os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo que possuam grau de instrução superior, ao revés do que propunha a tabela anterior que discriminava os servidores com grau de instrução superior em relação aqueles formados em direito.

Outra inovação, está no aumento do percentual da verba de representação dos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo que possuam grau de instrução médio que passam a contar com percentual diferenciado dos que possuem grau de instrução básico.

Essas alterações visam atender ao princípio da igualdade jurídica, que determina tratamento igual aos igual e desigual aos desiguais.

Nada obstante, a nova tabela mostra razoável. O princípio da razoabilidade, podemos afirmar que se configura na conduta do administrador que se utiliza do bom senso, da prudência e da busca pelo equilíbrio entre os meios e o fim buscado.

Portanto, verificamos que o presente projeto de lei visa atender aos anseios dos servidores desta Casa de Lei, bem como adequar o tratamento do departamento de pessoal do Poder Legislativo aos ditames constitucionais.

Assim, outro não poderia ser o desfecho, senão o pedido de apoio dos nobres Pares que compõe o presente parlamento.

PROJETO DE LEI Nº 250/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado, por meio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, a firmar Contrato de Concessão de Direito de Nome - Naming Rights com o Clube Atlético Paranaense, Coritiba Foot Ball Club e Paraná Clube do Brasil.

Parágrafo Único. Firmado o Contrato de Concessão de Direito de Nome - Naming Rights autorizado no *caput* deste artigo, os estádios de futebol de propriedade dos três clubes de futebol da Capital, passarão a ter inclusos o nome da COPEL em suas Arenas.

Art. 2º Os valores provenientes do Contrato de Concessão de Direito de Nome - Naming Rights a ser formado com a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, deverão ser aplicados exclusivamente na execução das obras de adequação as Arenas, visando dar cumprimento as exigências da FIFA, Federation Internationale de Football Association e do Estatuto do Torcedor, aprimorando as instalações e adequando às normas internacionais.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Tendo como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014, Curitiba será alvo de milhares de turistas vindo dos quatro cantos do planeta.

Não obstante, vislumbra-se uma adequação de todos os setores e concomitantemente uma reforma estrutural de grande proporções as quais deverão atingir toda a nossa Cidade.

Para tanto, adequamos tal proposta para viabilizarmos também uma reforma em mais estádios de futebol de nossa Capital, com o patrocínio da COPEL, o que significará maior modernidade nestas praças esportivas, propiciando também mais opções turísticas a nossa Cidade.

Tal qual como ocorre com várias estatais brasileiras, que subsidiam vários times de futebol no País, dentre elas a ELETROBRAS e o Vasco da Gama no Estado do Rio de Janeiro, até bem pouco tempo e um longínquo patrocínio entre a PETROBRAS e o Flamengo, no Rio Grande do Sul temos o BANRISUL patrocinando os dois principais times gaúchos: Grêmio e Internacional.

Isto posto, solicito aos nobres Pares desta Casa de Lei o pleno apoio à matéria aqui proposta, contemplando não somente uma entidade mas sim toda a Cidade, cujo ato colocará Curitiba na vanguarda e, principalmente a colocará como a maior referência de praça esportiva no Brasil e no mundo justamente por ter três estádios de futebol numa única Cidade e, perfeitamente dentro das mais rígidas normas impostas pela FIFA.

PROJETO DE LEI Nº 251/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação da Melhor Idade Anos Dourados, com sede e foro em Paranaguá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31/05/10.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A presente associação, tem como finalidade precípua planejar e executar programas destinados às pessoas com 50 anos ou mais, aposentados ou não, desenvolvendo aptidões nas áreas de comunicação social e humana bem como produzir lazer que vise substituir a rotina do cotidiano do lar por uma vida mais dinâmica e saudável, realizando, para tanto oficinas de aprendizagem manual, grupos de dança coreográficas ou de salão, passeios, cursos, palestras, seminários, encontros culturais e sociais, bailes, visitas, festas e atividades musicais, entre outras.

Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório pois demonstra de que para diversão, talento, motivação e cultura, não há idade.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Finda a leitura do Expediente, no Pequeno Expediente concedo a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última sexta-feira estivemos realizando um grande evento pela COOPERAFA - Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar. Esse evento aconteceu no Município de Chapecó, Santa Catarina, e contou com a presença de lideranças, pessoas de vários Estados do nosso Brasil, mas também um número bastante expressivo de pessoas foram dos nossos três Estados do Sul: Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Cerca de 8 mil pessoas participaram desse encontro, que teve como objetivo também comemorar os grandes avanços no programa de habitação do campo, nos programas que a COOPERAFA vem realizando com relação à moradia, aquilo que consideramos uma das coisas mais importantes para a nossa agricultura familiar, que é poder morar com dignidade no campo.

Era um sonho de milhares de agricultores e o Presidente Lula criou o Programa da Habitação Rural. Esse programa, entre os três Estados do Sul, através da COOPERAFA já beneficiou cerca de 30 mil famílias. No nosso Estado do Paraná, através da COOPERAFA são mais de 5 mil. Mas entre a COOPERAFA, a TRESOL, o NTA, a TRENOR, na verdade passam de 10 mil casas ampliadas, reformadas, construídas, casas novas.

É a realização do sonho de milhares de agricultores, que vem acontecendo com esse programa de habitação para o campo.

Estiveram presentes dois Ministros: o Ministro Gregoli, da Pesca, e também o Ministro do MDA, Guilherme Cassell, e a ex-Ministra Dilma também esteve presente nesse encontro. Claro que um dos objetivos do encontro também é reforçar para que o Governo Lula continue trabalhando, continue colocando mais recursos para que os nossos agricultores possam ser todos atendidos. Existe uma grande demanda na questão das casas.

Queremos, pelo menos esse é o objetivo que têm os nossos agricultores organizados, através da FETRAF-Sul, através da COOPERAFA, poder atender todos os agricultores que estão inscritos e que gostariam e merecem morar com dignidade no campo.

É um programa que vem dando certo e esperamos que o Governo Lula, e quem vai sucedê-lo, realmente tenha esse compromisso de continuar investindo na casa, na moradia dos nossos agricultores familiares.

Esse é um dado bastante importante, que temos muitos motivos para comemorar, porque muitas famílias já conseguiram realizar seu sonho. Claro que queremos

continuar essa luta da Habitação, esse foi o pronunciamento de todas as lideranças da COOPERAFA, da FETRAF, de poder realizar o sonho de todas as famílias que ainda não realizaram esse sonho de morar com dignidade.

Há um dado que nos deixa bastante triste que são os dados do IPARDES, com relação ao uso abusivo de agrotóxicos. Falamos aqui, na semana passada, da carta da Jornada de Agroecologia, os assuntos que foram pautados, debatidos na Jornada de agroecologia. Um dos dados que nos assustava nessa carta é que o Brasil é o País que mais consome e mais usa agrotóxico.

Foram cerca de 790 milhões de litros de agrotóxicos na safra de 2008/2009.

Os dados do IAPAR trazem para nós essa reflexão com relação ao Paraná. O Paraná tem um índice elevado de uso de agrotóxico, que chega a ser três vezes mais do que os outros Estados. O Paraná usou cerca de 12 quilos de agrotóxicos por hectare. Essa é a média que está sendo o consumo do uso aqui no Estado do Paraná.

Isso nos assusta, Sr. Presidente, quando estamos preocupados com a vida, com o meio ambiente, com o nosso solo, com o alimento que consumimos, estamos vendo o Paraná sendo campeão no uso de agrotóxicos.

Realmente temos que fazer uma grande reflexão. Aqui muitos Deputados já se manifestaram, Deputada Rosane, V. Exa. que é uma pessoa que tem uma preocupação com relação ao meio ambiente, Deputado Cheida que também tem se manifestado muitas vezes aqui nesta tribuna.

Temos que pensar alguma coisa. O Paraná precisa conter esse uso abusivo do agrotóxico, que está sendo consumido, está sendo colocado no solo. Na verdade os resíduos ficam, com toda certeza, nos alimentos, no produto que acabamos consumindo.

É importante que o Paraná faça campanhas de controle do uso de agrotóxicos. Inclusive, essa é uma preocupação não só desta Parlamentar, vi inclusive Deputados Federais se manifestando, o que é preocupante a forma como o Paraná está usando o agrotóxico e consequentemente podemos ter certeza que isso reflete na saúde, na vida de todos os paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Na sexta-feira nós formalmente tivemos no Brasil o início para efeitos legais da validade da Lei Complementar nº 131 de 27/05/09.

A Lei nº 131 é aquela lei conhecida como a Lei da Transparência. É a lei que dispõe para que Municípios, Estados e União e também obviamente o Distrito Federal.

Há um entendimento que está sendo debatido no Congresso Nacional, Assembleias Legislativas, e o Judiciário coloquem em tempo real ou com 24 horas após ter sido efetuado as despesas, coloquem as despesas num portal específico.

É um avanço que nós temos, porque no Brasil no primeiro ano essa lei vale, segundo o artigo 73 dessa lei, vale no primeiro ano para a União, os Estados, Distrito Federal e os Municípios com mais de 100 mil habitantes.

Dois anos para os Municípios que tenham 50 a 100 mil habitantes; quatro anos para Municípios que tenham 50 mil habitantes.

É importante, porque finalmente depois de muitos anos, já tivemos a Lei nº 101, que embora tenha tido uma série de questionamentos, a Lei nº 101, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que trouxe uma regularização no que diz respeito à finanças dos Estados e os Municípios da União e também os demais entes da Federação. Agora temos também esta que é a Lei de Transparência que permitirá que todos saibam através dos links que serão disponibilizados, as páginas que serão disponibilizadas em tempo real, quais são os gastos que estamos tendo. Acho que vem em boa hora, porque nós, aqui da Assembleia Legislativa, amanhã certamente será o dia que teremos a relação de todos os ocupantes de cargos comissionados ou não da Assembleia Legislativa. E é claro que ainda vamos ter uma série de adequações feitas para que chegamos ao que prevê esta lei, mas é um passo que aqui na Assembleia está sendo dado e é um passo importante.

E acho que o próximo período, Deputada Luciana Rafagnin, conversa com V. Exas. pouco antes do seu pronunciamento, certamente será um período que exigirá também dos funcionários da Assembleia, aqueles que são estáveis, que são permanentes do quadro, que tenhamos o mesmo mecanismo que temos, aliás foi uma sugestão da Deputada Rosane Ferreira há três meses atrás, que tenhamos o mesmo mecanismo de controle dos funcionários, controle no bom sentido, dos funcionários da Assembleia Legislativa que temos em todos os órgãos públicos, que temos em todas as repartições, em todos os espaços privados, também, que é a frequência. A frequência no período de entrada, no período de saída, em todos os dias da semana. Não é possível pensar que um funcionário da Assembleia Legislativa que tem seu salário pago pelo contribuinte, como nós todos, que possa pairar, em algum momento, alguma dúvida, qual o local deste funcionário estável. Obviamente entendemos que os funcionários que são assessores nos gabinetes, têm outra função, mas neste Estado.

V.Exa., Deputada Rosane Ferreira, sugeriu, lembro bem e até anotei, que V. Exa. sugeriu que tivéssemos a presença registrada por meio biométrico, que é aquele meio que permite que você coloque a digital e através dela se tem o horário de entrada e o horário de saída.

Acho que é um avanço, se chegarmos a isso. Como também penso, Deputado Enio Verri, e conversava há

pouco com V. Exa., penso também que é um avanço a PEC apresentada por diversos Deputados, com relação à eleição da Mesa e que falávamos antes de iniciar a Sessão com o Presidente, que certamente V. Exa. já se manifestou no dia 24 deste mês, aqui nesta mesma Assembleia, segunda-feira passada. E certamente teremos, agora através do funcionário responsável, a convocação dos partidos para que indiquem seus representantes e que possamos fazer com que esta PEC caminhe, tramite e que finalmente possamos votá-la, ainda neste semestre.

É importante porque esta é uma agenda positiva para a Assembleia Legislativa. Uma agenda que diz respeito à sociedade, sim. Temos que dar as respostas todas que estão sendo pedidas, sem dúvida nenhuma. Mas, é uma agenda que faz com que avancemos no processo. Votar a PEC, aqui, é hoje que todos os Deputados se manifestam, um avanço.

V. Exa. já o fez, há algumas semanas atrás, quando conversávamos, votar uma PEC que faça uma previsão diferenciada, que se estipule uma metodologia diferenciada da eleição da Mesa Diretora, do processo tanto do Presidente como dos demais membros, assim como também um próximo passo, temos a figura do Diretor Geral da Assembleia Legislativa apreciada em Plenário e sabatinada em Plenário e aprovada pelos Deputados do Plenário, com mandato determinado.

Acho que são passos que estamos dando e que sem dúvida nenhuma são passos que vão contribuir e muito para que os próximos Deputados, das próximas legislaturas encontrem um caminho que possibilite que tenham, talvez, mais condições inclusive de fazer o diálogo com a sociedade, como a sociedade exige.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Penso também que com esta mudança que se institui a partir de amanhã, ou seja, os diários oficiais colocados formalmente através da internet, na página Portal da Transparência, que tenhamos uma redução enorme de gastos, aqui, por conta da gráfica. Numa época em que se fala tanto e é necessário que estejamos sintonizados com a economia, inclusive porque o meio ambiente assim exige, nós estaremos fazendo uma economia em escala, em um, dois, três ou quatro anos, muito grande pela grande quantidade de Diários que vão deixar de ser editados. Mais do que isso, sabemos que a gráfica é importante e fundamental, mas é uma atividade poluente, por conta de todos os produtos químicos que são usados. E aí também, estaremos dando um passo para que não tenhamos mais. Iremos reduzir custos, assim como penso que na sequência talvez possamos fazer o que faz o Congresso Nacional, o que faz o Superior Tribunal de Justiça e o que fazem outros Tribunais, que é não termos mais esta Ordem do Dia como é feita na fotocópia, com algumas dezenas e centenas de milhares de cópias anualmente, e passaremos a ter, sim, um método mais atual -

mais tranquilo, mais modernos e mais fácil inclusive - que seria um laptop para cada mesa, que tivesse as senhas e que isso pudesse ser acessado e que pudéssemos ter finalmente o meio físico, o papel, colocado apenas para registro.

Mas, as demais ideias já teríamos condições de fazê-las e recebermos a Ordem do Dia diretamente nos nossos gabinetes, com a Câmara Municipal de Curitiba já faz há seis ou sete anos. Acho que o que parecia tão distante há algum tempo, hoje, pelo menos para mim, parece que está muito próximo. O controle de funcionários não é um demérito para ninguém, mas é necessário e uma exigência, depois de tudo o que aconteceu e está acontecendo aqui, é uma exigência que os Deputados e a sociedade fazem. Termos a redução brutal de gasto com a gráfica, com o material de fotocópia, é um ganho para a Assembleia Legislativa e certamente fazermos a eleição da forma como prevê a PEC e que, esperamos que hoje tenhamos o Diretor convocando já os cinco maiores partidos, como prevê a lei, e que possamos na sequência ter de fato essa PEC votada aqui, ainda que obviamente com alterações que se entenderem necessárias, mas votadas essa PEC estaremos dando um grande passo.

E mais uma vez, quero registrar aqui que apesar de não parecer, o País as vezes avança e a sociedade avança na medida da correlação de forças que lhe é permitido. Quando temos uma Lei como a nº 131/09 em pleno vigor para os Municípios com mais de 100 mil habitantes e também, para os demais órgãos, como já foi citado aqui, sem dúvida nenhuma quem ganha é a sociedade. Quando estamos pensando em votar e vamos votar, sendo que já estamos discutindo a votação de uma PEC que altera a relação dentro da Assembleia Legislativa, o que é fundamental e necessário, quando temos a possibilidade de fazermos reduções significativas de gastos aqui na Assembleia, nós estamos sem dúvida nenhuma dando passos necessários e importantes. Obviamente, que há outros a serem dados e espero que possamos fazê-los todos.

Sei que há toda uma discussão que vem hoje, inclusive as empresas todas têm trabalhado nesse sentido e não há nenhuma surpresa se tivermos mais tarde um plano de demissões voluntárias, como já aconteceu aqui, o que talvez seja necessário, e não há nenhuma surpresa se tivermos que rediscutir inclusive a relação daqueles que têm o legítimo direito de já gozarem da sua aposentadoria e que muitas vezes são exigidos ficarem aqui, que o façam.

Enfim, que possamos ter de fato uma Assembleia Legislativa com os ares e com a vontade que a sociedade paranaense quer, exige e precisa.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas dizer, Deputado Tadeu Veneri, que parece que V. Exa. participou da reunião que tivemos com os Deputados hoje pela manhã, mas não participou.

Então, quero lhe deixar a par de algumas questões que discutimos hoje exaustivamente. Primeiro essa questão da Lei Complementar nº 131/09. Pode ter certeza de que imediatamente a Assembleia, V. Exa. enquanto V. Exa. discursava, eu ainda ligava para o nosso Diretor Financeiro para ver se teríamos condições de fazer isso amanhã. Isto é, aquilo que nós pagamos hoje estaria on-line amanhã. Se isso não for possível até amanhã, até o final da semana, estaremos com essa Lei Complementar nº 131 aqui na Assembleia sendo aplicada.

Por outro lado, um projeto do Deputado Pastor Edson Praczyk, coloca a nossa Ordem do Dia informatizada. E hoje ainda, com o nosso Diretor Chico, tratávamos exatamente desse assunto, para que pudéssemos levantar o custo de como faríamos isso diminuindo com os afazeres da gráfica. E o livro ponto é fatal, pode ter certeza que vamos ter, eram três dos muitos pontos que nós, eu ainda tenho anotado aqui alguma coisa que nós discutimos, e eu vou depois quando anunciar o nosso registro on-line, vou deixar de falar sobre esses três pontos porque V. Exa. já o fez. Mas nós tratamos disso hoje pela manhã.

Com a palavra Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente, Nelson Justus; Dr. Batista, essa figura do povo, que opera de graça quem não pode pagar; Deputada Cida Borghetti, Deputado Nishimori. A Cidade de Maringá, assumiu o comando, só ficou o Quinteiro aqui de fora do comando da Mesa. Os paranaenses que acompanham as Sessões da Assembleia através da TV, através da internet. A Procuradora do Trabalho, Dra. Margarete Matos de Carvalho, ela está enviando um convite, ela é muito atuante, está de parabéns, fazendo uma convocação para a reunião ordinária do fórum do lixo e da cidadania do Paraná, marcado para o dia 10 de junho, às 9h30.

A Tribuna do Vale: *Pastagens secam, preço do leite sobe. Mas o lucro dos produtores diminuem.* Esse período de inverno o pasto não cresce, o leite sobe. Agora eu fico com dó da população pobre que não tem como comprar o leite, principalmente quando sobe o preço.

A Folha de Londrina: *Dez por cento de todas as doenças do trabalho no Brasil estão aqui no Paraná.* Isso é grave. *E projeto dá direito ao embrião. Quando é que começa a vida.* A Tribuna do Vale: *Usina Casquel pode ser leiloadada para quitar dívidas.* Tomara que não haja prejuízos para os plantadores, para os cortadores de cana, para os operários da usina. O jornal O Paraná: *Oeste do Paraná sofre com a falta de rodovias duplicadas.* E no mesmo jornal: *A natureza sofre com desrespeito. E os voluntários, pessoas de bem, tentam amenizar os prejuízos.* É a consciência ambiental que falta para muita gente.

A Gazeta do Povo traz aqui: *Paraná usa doação de leite para cumprir gasto com a Saúde. O Governo do Paraná se vale da falta de regulamentação da Emenda nº 29 para cumprir o gasto mínimo exigido por lei para o setor de Saúde. Os 12% do orçamento estabelece, só são atingidos por causa das despesas com o Programa do Leite das Crianças, que representa 6%.* Essa notícia é um puxão de orelha no Governo do Paraná. O Paraná está caminhando para o caminho oposto, não está certo, não!

E na Folha de São Paulo: *Hillary Clinton vê risco para o mundo no acordo Brasil-Irã. E está aqui também: Tribunal condena o tesoureiro de Dilma. Tribunal de Justiça de São Paulo condenou o futuro tesoureiro da campanha de Dilma Rousseff, o ex-Prefeito de Diadema, José Júnior, a devolver 2 milhões para os cofres da Prefeitura.*

A nossa equipe preparou vários e-mails que os paranaenses nos enviam. Tenho aqui e-mail do Sr. João Batista: *Prezado amigo Deputado Belinati. Por meio deste e-mail eu venho pôr o senhor a par do que eu assisti jornal do SBT hoje. Pois bem, Deputado, sei que o senhor sempre fez muito para o povo de Londrina, mas o que eu tenho a escrever é como pode o Vice-Presidente da República ter hospital pago pelo povo, de primeira grandeza, com os melhores médicos e o melhor hospital, enquanto uma senhora no Rio de Janeiro está precisando de uma UTI e não tem vaga? Essa senhora e seus parentes entraram na Justiça e o Juiz deu uma liminar para que ela fosse atendida, só que o hospital não atendeu e deve pagar multa muito alta por dia em que essa senhora não for atendida, muito obrigado, Sr. Deputado, se for atendido. Ai eu pergunto: esse é o Governo do PT, de Dilma, assaltante de banco? Será que ela merece ser mandatária deste País? Muito obrigado.*

Sr. João Batista, eu oro todos os dias pelo Vice-Presidente José Alencar e por todos os enfermos. Mas o senhor tem razão, isso não pode ser um privilégio. Esse mesmo atendimento médico-hospitalar tem que ser estendido para todo mundo, não é só para graúdo não.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Tenho aqui o e-mail do Sr. Adair Verdeiro: *Nunca votei em V. Exa., mas em ouvir o seu discurso na tribuna da Assembleia na tarde de hoje (26), estou mais convencidos de que o Paraná precisa realmente de políticos de fibra como o senhor. Parabéns, Deputado Belinati, V. Exa. é a voz do povo e dos mais simples. Continue assim.*

Sr. Adair, atendemos aqui com carinho e com respeito todas as pessoas que batem ao nosso gabinete ou se comunicam conosco através da internet.

E-mail do Sr. Rafael Morientes, ele é afiliado do Rubens Cabral, grande comunicador da televisão, e está naquela dificuldade que a maioria dos jovens enfrenta quando não consegue passar no vestibular numa universidade pública, depois para pagar uma universidade particular é muito difícil. Muitos acabam abandonando o curso pela metade. É uma pena.

E-mail do Sr. Daltro Fernandes: *Ilustres Deputados, amigos de muitos policiais e bombeiros, estamos realmente desapontados com nosso aumento, nem um centavo este mês, nada, nadinha de nada. Será que os 13% de superávit anunciado é tudo mentira? Que dureza hein, mas valeu pelo esforço, afinal de contas as coisas estão difíceis para todos, inclusive, V. Sas. que estão sob investigação do MP, corte de assessores, investigação do PF, e outros problemas. Entendemos tudo isso e continuamos otimistas em relação a melhorias salariais, e temerosos quanto ao futuro, pois estamos doentes, sem auxílio médico para nossas famílias e presos a um regime autoritário de um Governo submisso. Obrigado.*

Alô, Governador Pessuti, o pessoal está bravo com os 5% que não saem; com a redução da jornada de trabalho para 30 horas do pessoal do Sindisaúde. O pessoal da Polícia Civil está bravo com o plano de cargo e carreira que não sai; o pessoal da área de saúde com o cargo de carreira e vencimento que não sai; bombeiro e policial militar bronqueado porque não sai o plano para pagar em forma de subsídio para melhorar o salário dos policiais militares. Aumentaram o salário dos graúdos da Polícia Militar, mas os Soldados e Praças foram bombardeados, prejudicados.

Recebi um e-mail do estudante Nivaldo Monteiro Santos que diz o seguinte:

(Lê:)

Olá, Deputado! Meu nome é Nivaldo Monteiro Santos, estudante, curitibano. Gostaria que o senhor me comentasse o seguinte assunto: não é raro, nós da Capital, nos depararmos com pessoas do Norte do Paraná que insistem em dizer que, no tocante ao orçamento e a investimentos, Curitiba fica com quase tudo e o interior é sempre esquecido. Me vi numa discussão dessas, dias atrás, e os londrinenses dizem que há total descaso do Governo Estadual, em todas as últimas gestões, com o interior e, principalmente, com o Norte do Paraná, contrário com o que acontece com Curitiba. O que o senhor pensa a respeito? Bom, Nivaldo, inegavelmente, Curitiba, que é uma Cidade maior, tem recebido um tipo de atendimento do Governo que nem sempre é o mesmo tipo dados às pequenas Cidades do interior. Nós queremos que o Governo cuide bem da saúde, da segurança, da escola, da creche, do povo que mora na Capital e, igualmente, da população que mora no interior, sem tratar de maneira desigual à população do interior.

Sr. Presidente, eu recebi e-mail de uma pessoa dizendo que não vai votar em político que aprovar verba pública para construção de estádio de futebol. Eu também, vou votar contra esse projeto, não tem nada que dar dinheiro da COPEL para fazer estádio de futebol. O Atlético precisa? Precisa, mas e os demais clubes do interior? Se estiver sobrando dinheiro da COPEL que a direção da COPEL reduza o preço da conta de luz do povo. Agora, por causa da Copa do Mundo, isso não justifica. Somos contra, também, essa manifestação, essa vontade. Respeitamos os nossos colegas Parlamentares, mas votaremos contra tirar

dinheiro da COPEL para investir num único estádio de futebol. Está sobrando dinheiro? Reduzam o preço da conta de luz. Continua sobrando dinheiro? Invistam na construção de creche que está faltando para aquela mãe que precisa ter um emprego fora de casa e que, muitas vezes, não sai de casa para trabalhar porque não tem com quem deixar o filho pequeno.

Diz aqui o Márcio Lisboa:

(Lê:)

Nesta eleição não votarei em políticos que apoiem a ideia de usar dinheiro público para terminar a construção de estádio particular, quando temos uma enorme carência de investimentos em hospitais, escolas e na Segurança Pública. No bairro onde moro, se uma pessoa sofre uma fratura tem de deslocar-se a quilômetros de distância para ter acesso a um hospital público com raio-x. Sem falar nas péssimas condições das nossas ruas. Portanto, se votar a favor deste projeto não conte com meu voto. Independente do voto, acho que temos que ser coerentes. Acho que não tem que tirar dinheiro da COPEL que é dinheiro do povo, não é do Governador, não é do Presidente da COPEL, não é da diretoria da COPEL. Temos que usar o dinheiro que é do povo em benefício do próprio povo.

O Atlético precisa concluir seu estádio? Sim, assim como o Londrina, o Cascavel, o Irati, o Foz, O Maringá, o Campo Mourão, o Rio Branco de Paranaguá, o Coritiba, o Paraná, o Corinthians Paraná, o Operário de Ponta Grossa. É inadmissível querer o dinheiro do povo em um estádio de futebol. Estaremos apoiando todos os paranaenses, que são também contrários ao uso do dinheiro da COPEL, na construção de estádio público, para terminar a construção do estádio do Atlético, em que pese a nossa paixão pelo combalido time, que está caído no campeonato. Torcemos para que o Atlético se reerga e não vá para a zona do rebaixamento, para que termine o campeonato e se mantenha na série A do Campeonato Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, o Deputado Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, imprensa, telespectadores. Apenas para corroborar com a fala do Deputado Tadeu Veneri e reforçar aquilo que V. Exa., Presidente Nelson Justus já havia anunciado.

No dia 03 de fevereiro, este Parlamentar protocolou uma alteração na redação do artigo 101, parágrafo 5º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, prevendo essa informatização a serviço dos Parlamentares e, consequentemente, também da sociedade. Apenas para ficar aqui registrado um estudo que este Parlamentar fez,

onde atualmente são confeccionadas em média 200 exemplares, todos os dias da Ordem do Dia, 800 por semana 3.200 por mês, 35.200 por ano e mais de 140 mil em um mandato de 4 anos.

Fui além e analisei a questão financeira, com a diminuição da utilização do papel, acima de tudo o clorado, que é extremamente nocivo ao meio ambiente, porque demanda a derrubada de árvores. Nós, com essa sugestão, diminuiríamos gastos do Poder Legislativo. Em média, o custo de cada xerocópia, levando como referência 0,10 centavos, para 200 exemplares por dia, se gasta R\$ 400, 1.600 por semana, 6.400 por mês, R\$ 70.400 por ano e em um mandato de 4 anos, uma média de R\$ 281.600, tomando como referência 0,10 centavos de xerocópias.

Levando em consideração também que a cópia da Ordem do Dia não é xerocopiada, é um outro processo, o off-set, economizaríamos seguramente mais de R\$ 330 mil. O que conforme a minha proposta, seria mais do que suficiente para que cada Parlamentar, inclusive o setor de imprensa, merecidamente tivesse um note-book conectado on-line, para que o processo legislativo se agilizasse e se tornasse mais moderno.

O que me faz subir à tribuna é que geralmente vimos na mídia, quando a Instituição Polícia, Militar ou Civil, comete qualquer deslize ou quando não consegue alcançar o objetivo para qual ela foi criada, ou pela qual veio, sai em letras garrafais estampadas a inoperância da Polícia. Poucas vezes se fala enaltecendo os bons préstimos, tanto da Polícia Militar, como da Civil. Desta tribuna mesmo, raramente ouvi nesses três mandatos que tenho, momentos em que se enaltecem a sua eficiência. Recordo-me, por exemplo, da última vez, o Deputado Jocelito Canto tecendo bons comentários acerca da Polícia.

Hoje, Sr. Presidente, fiz uma visita formal e informal ao Núcleo de Combate de Crimes Cibernéticos e tive o prazer de conhecer o Dr. Demetrius de Oliveira. Eis que uma pessoa, que não se identifica no seu site, criou um blog e nesse blog ele tem postado comentários mentirosos, desatualizados, que depõem contra a honra, e até caluniosos, contra vários Parlamentares desta Casa, tanto na esfera federal como também estadual. E ali está o meu nome com duas informações equivocadas, Deputados Waldyr Pugliesi. Então, mais do que depressa fiz uma queixa, porque quero que seja ou retratada ou corrigida a informação que está nesse blog.

Aproveito o ensejo até para prestar ao conhecimento da sociedade o relevante e brilhante trabalho desse Núcleo de Combate ao Crime Cibernético. Ora, primeiro fiquei extremamente assombrado, que nada menos, nada mais do que 12 mil processos estão sendo minuciosamente analisados e cuidados por esse Núcleo de Combate ao Crime Cibernético.

Humanamente falando, impossível de se trabalhar dessa forma. Mais do que depressa me comprometi com os profissionais da área de Segurança, delegado e investigadores que ali estão, para que em uma visita ao

atual Governador Orlando Pessuti se dê uma atenção especial e necessária à essa Delegacia. Primeiro para vermos a possibilidade de transformar esse núcleo em uma divisão da Polícia, assim como existem divisões policiais específicas para temas muito polêmicos e muito combatidos atualmente.

Em uma rápida conversa com o Delegado Dr. Demetrius, do qual já me tornei um administrador, principalmente porque ele, além de profundo conhecedor da área tecnológica também é formado em tecnologia como também sou, é usuário Linux, e numa rápida conversa cheguei à seguinte conclusão: que a necessidade de se transformar o seu núcleo numa divisão é tão grande, porque uma vez que vivemos em pleno século XXI, onde tudo e todos se utilizam da tecnologia e também os criminosos a utilizam, esse núcleo tem que ser melhor atendido. É uma Delegacia estratégica, que acaba sendo vital para solucionar as mais diversas investigações.

Por exemplo, hoje passam por esse núcleo casos de crianças desaparecidas. Aquele caso da menina posta numa mala na rodoviária em Curitiba também tem recebido o devido suporte dessa Delegacia. Casos como extorções, sequestros, discriminação racial, homicídios, tráfico de drogas, estelionatos, prostituição, crimes organizados de modo geral.

Então, subo a esta tribuna para que a minha voz ecoe e, na verdade, não é propriamente a minha voz, mas de toda a sociedade, para que melhor aparelhe essa Delegacia, esse núcleo, e talvez até transforme numa divisão, para que então ela dê o devido respaldo à todas as demais delegacias, a todos os demais Núcleos de Investigação, à todas as demais divisões, e assim se agilize a investigação de todos os muitos crimes que perambulam, no nosso Estado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

O Deputado Marcelo Rangel pede para comunicar a V. Exa. sua ausência, em virtude do falecimento do filho de um grande amigo dele, e depois ele fará a justificativa por escrito.

Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, paranaenses que me ouviram pelo sinal da televisão desta Assembleia.

Hoje pela manhã, na Rádio CBN, eu fui entrevistado e dei a minha opinião de que devemos abrir a Assembleia à manifestação programada pela chamada sociedade civil, conclamada em anúncios de jornal, de rádio e televisão, com a assinatura de entidades como a

OAB, a Associação Comercial, a Federação das Indústrias, a União Nacional dos Estudantes e outras entidades relacionadas em cadernos publicitários veiculados pela Gazeta do Povo.

Eu me baseio na ideia de abrir a Assembleia no episódio da Revolução Francesa - o filósofo Aléxis Tocqueville foi testemunha do momento em que o Rei Luís XVI e sua Rainha Maria Antonieta fugiram de Paris, disfarçados, tentando chegar à fronteira e deixaram de lado o diálogo com seu povo. Aquele filósofo disse: "Um Rei que foge é cada dia menos Rei."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores membros da Mesa Diretora, a Assembleia não pode fugir ao amplo debate da questão de defesa deste Poder e de apuração de todos os supostos crimes enunciados na série de reportagens intitulada Diários Secretos.

A Assembleia deve promover o amplo debate das medidas saneadoras, ampla transparência.

Hoje de manhã também, na minha entrevista, houve uma fratura no meu raciocínio na edição feita pelo repórter Álvaro Borba. Ele, como editou, deu a entender que eu achava ridícula a manifestação da sociedade. Eu não acho, acho a manifestação oportuna, acho que a sociedade pode e deve discutir a Assembleia, e acho que a Assembleia deve ser aberta para esta discussão, que não deve acontecer no clima de uma arena eletrônica, com a velocidade da informação, da internet, do rádio, da televisão, mas deve acontecer aqui dentro deste plenário.

Acho que não é missão de um Deputado ser Juiz dos seus Pares, Dizem-me os doutores da leis que, pela Constituição, conforme o artigo 8º, toda pessoa tem o direito de ser ouvida, com as devidas garantias, dentro de um prazo razoável, por um Juiz ou um Tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação formulada contra ela.

Sei também que há um aforisma latino que diz: "Cui prodest scelus, is fecit" - comete o crime quem dele tira proveito.

A minha percepção é de que há uma intensa e extensa investigação em curso no Ministério Público, com participação da Polícia Federal no âmbito do Poder Judiciário.

Então, não tem cabimento um placar na rua XV sobre qual Deputado é contra, qual Deputado é a favor da condenação dos seus Pares, como também não tem cabimento uma Mesa fugitiva, até porque uma Mesa fugitiva, são oito Deputados, seriam duas pernas para cada um, é uma Mesa de 16 pernas fugindo, seria uma centopéia fugindo, não seria uma Mesa fugitiva!

Então é muito importante uma efetiva e correta discussão, mas com o tempo necessário para se apurar a verdade e longe da sociedade, do espetáculo, com o respeito e a profundidade necessários que precisa o processo paranaense.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Nós juramos defender o Poder Legislativo, um dos três pilares do Estado! Uma coisa é defender a instituição, outra coisa é defender a corrupção! O Paraná precisa saber o que cada um dos Deputados pensa. O Paraná também precisa saber que quando se propõe uma estrutura legislativa para cada gabinete de Deputados, com cargos que importam salários no total em até 60 mil, menos 27% de Impostos de Renda, uma massa salarial de R\$ 42 mil. Isso não é uma Corte, um séquito, uma coisa abusiva, vai dar uns R\$ 2 mil e 100 para cada funcionário, é isso? É isso?

Então, se você tem um bom jornalista, se tem dois bons advogados, se tem assistente social, tem um serviço, a sociedade tem que discutir a massa salarial colocada à disposição da assessoria de cada Deputado. Se a sociedade entende que isso não é justo, e provar que isso não é justo, nós também temos que ter a humildade de modificar.

Então, a minha posição, Sr. Presidente, Srs. Deputados é de profundo respeito pela voz que nos vêm das ruas. Precisamos não de Deputados que ajam como num circo eletrônico, levantando ou abaixando o polegar mandando condenar os seus Pares, precisamos de um Poder Legislativo sólido, isso passa também por um questionamento do Tribunal de Contas por que a um tempo e naquela hora os desvios supostos em investigação do outro lado da Casa não foram acusados? Isso passa também até por um *mea culpa* coletivo de todos nós que compomos a sociedade do Paraná! Até porque sabemos todos, nenhum de nós se fez por auto geração, nenhum Deputado nasceu por disparidade, por inseminação artificial, os Deputados nascem do ventre das urnas fecundado pela vontade do povo!

Então, o povo que no dizer de Mirabeu é o Juiz dos Juízes, venha nos julgar na Casa aberta que não tem medo do povo! Afinal de contas vale o que João Gualberto Garcez Ramos, no seu livro Audiência Processual Penal, citado por Celso Três no seu livro: o crime do Colarinho Branco diz: *A Justiça oral e pública consiste em poder realizar, de viva voz, este auto-ofício de decidir a sorte dos cidadãos*. As vantagens da publicidade não podem ser postas em dúvida, mas a publicidade tem que ser feita com o tempo necessário para se buscar a verdade e de tempos em tempos quando se debatem estas coisas se repete o aforisma de Mirabeu: *Não temam os Juízes, não tenho medo dos Juízes, nem dos mais abjetos, nem dos mais depravados, nem mesmo dos Juízes meus inimigos, pois a sua Justiça devem fazê-la na presença de Deus e do povo e, o povo é o Juiz dos Juízes*.

Portanto, abra-se a Assembleia sem medo de buscar a verdade, e reafirme-se o Poder Legislativo do Paraná, com a dignidade que nos outros quando escrevemos a nossa Constituição, em 1989, queremos ver estampada nessa Mesa, nesse Palácio, nessas ruas e nesta sociedade.

Era isso, Sr. Presidente.

Palavras do Presidente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Parabéns, Deputado Rafael Greca.

Aliás, nenhum de nós esperava qualquer pronunciamento de V. Exa. que não tivesse este equilíbrio, este bom senso e, principalmente, a busca permanente do que é justo. (**Lê**):

“Hoje é um dia histórico na Assembleia Legislativa do Paraná.

Há três anos, quando fui eleito por V. Exa., juntamente com a Mesa Executiva, para presidir a Assembleia Legislativa, anunciei um pacote de medidas de modernização e transparência. De lá para cá, implantamos, juntos, cada uma dessas medidas.

No dia de hoje, é com grande satisfação pessoal que venho anunciar oficialmente a mais importante de todas: a publicação do cadastramento e reequilíbrio de cada um dos servidores, efetivos e comissionados, desta Casa.

Esta medida, por si só, abre as portas para um novo tempo. Representa, de uma só vez, a total transparência na gestão de pessoal, o que coloca o Paraná como líder desse processo em todo o País, e a possibilidade de controle social, uma vez que cada um dos que aqui trabalham, já está na listagem disponível a partir de hoje na internet para que todo cidadão possa ter acesso: nome, função, cargo ocupado e local de trabalho.

Esta ação de transparência, possível apenas porque em dezembro de 2009 aprovamos uma lei de reformulação do quadro de pessoal da Assembleia, é a consequência natural de todas as outras que já implantamos nos últimos três anos.

Vencidas estas etapas, a próxima é a realização de um concurso público para ampliar, qualificar e oxigenar os quadros funcionais da Assembleia, medida que só não é adota agora porque a legislação do País, que veda a contratação de pessoal em período de eleições, não nos deixa tempo hábil para preparar esse processo.”

Quando me referi ao que falava o Deputado Tadeu Veneri, comentei - *en passant* da reunião que tivemos com vários Deputados, hoje pela manhã, a respeito da Ordem do Dia informatizada, do livro-ponto é responsabilizado por cada chefe de sessão e por cada Diretor desta Casa e, também, da Lei Complementar nº 81/09.

“Mas, não tenho dúvida, quando esse concurso for lançado, milhares de paranaenses se inscreverão para fazer as provas, interessados que estarão em participar deste novo momento na Assembleia passa a viver.

Participação, aliás, senhoras e senhores, é a palavra chave que define este momento. Mais e mais pessoas querem participar do processo político que é, em si, a maior alavanca de mudança da sociedade.”

Deputado Rafael Greca, pode alguém imaginar que alguns dos Srs. Deputados são contra qualquer movimento que busque a transparência, não só na Assembleia, e em nenhum Estado? Nenhum de nós é contra.

Assim como cada Deputado e Deputada participou ativamente do processo de recadastramento funcional, já que a maior parte dos servidores trabalha em seus gabinetes, todos capitaneados pela Mesa Executiva, com o auxílio indispensável de alguns Deputados, como Durval Amaral, Nereu Moura, Luiz Claudio Romanelli, como a equipe da Casa, como funcionários, que até ontem à noite ainda estavam aqui, domingo, com aquela chuva estávamos aqui fazendo um derradeiro pente fino para ver se tudo estava correto.

Neste sentido faz-se necessário expressar o apoio desta Presidência ao Movimento de Moralização da Política Paranaense. A moralização nesta Casa efetivamente ocorreu. Medidas administrativas extremamente duras foram tomadas para construir a Assembleia que todos os paranaenses querem. (Lê):

“O afastamento de diretores, a instauração de sindicâncias, o franqueamento de documentação aos órgãos de investigação foram medidas tomadas por esta Mesa Executiva no intuito de passar a Assembleia a limpo.

Contudo, a medida mais importante decorreu da colaboração de todos os 54 Deputados no recadastramento e reenquadramento dos servidores e com o enorme esforço da Mesa em enxugar ao máximo este Poder Legislativo.

Cortamos na nossa carne reduzindo significativamente os cargos comissionados em vários setores da Assembleia, a começar pela presidência, que hoje passa a ter 15 funcionários.

Certamente o próximo Presidente que assumir a Casa, no ano que vem, terá a satisfação de assumir uma Assembleia totalmente transparente, moderna e de acordo com os anseios da opinião pública.

Esta nova Assembleia contará com um recesso parlamentar reduzido, limite de diária para os Deputados, painel eletrônico, TV SINAL, o voto aberto e com a publicação de todos os seus atos pela internet.

Assim, o povo do Paraná e as entidades que defendem a moralização da sociedade paranaense contam com inúmeras ferramentas para acompanhar os trabalhos da Assembleia.

Estamos, como sempre estivemos, abertos para receber sugestões, estabelecer diálogo com as entidades e apresentar todo o nosso trabalho desenvolvido.”

Ainda hoje pela manhã entrei em contato com o Presidente da FIEP, que tantas e tantas vezes esteve aqui nesta Casa, pedindo uma oportunidade para que nós pudéssemos ser ouvidos. E ele me disse que iria conversar com companheiros de outras entidades, que formam diversos grupos para que pudéssemos contar um pouco da nossa história.

Eu estive há 60 dias atrás, antes de todo este imbróglcio iniciar, pessoalmente na OAB para contar o que fez a Assembleia, como nós estávamos trabalhando, que papel exerce, efetivamente, este Poder. Fui pessoalmente conversar com o Presidente. E ele, parece que tudo que falei entrou por um ouvido e saiu pelo outro.

Ele me disse: “Presidente, porque o senhor não pede licença de saúde por uma semana, para que as coisas se acalmem um pouco?”

Deputado Valdir Rossoni, V. Exa, que me conhece há muitos anos, não sou homem de mentir, pedindo licença de saúde, até porque estou muito bem de saúde, graças a Deus, para imaginar que as coisas se acalmassem um pouco, possibilitando os holofotes para alguém que nunca teve brilho. Não.

Posso dizer e aqui estou vivendo, com 54 Deputados experientes, eu duvido Deputado Tadeu Veneri, que V. Exa., que milita na política a um bom tempo, que V. Exa. tenha visto algum político apanhar tanto em tão pouco tempo. E eu continuo com a convicção firme de que fiz o meu dever, continuo fazendo minha obrigação de buscar a modernidade e a transparência desta Casa. Não tenho a menor dificuldade, pelo contrário, e ainda hoje conversava com o Deputado Valdir Rossoni, em conversar com todas estas entidades, seja aqui, seja nas suas associações, nas suas sedes, para que possamos explicar os avanços que fizemos nestes últimos anos, em detrimento de erros que foram cometidos no passado.

A justiça não pode, em momento algum, seja a justiça dos homens ou a justiça de Deus, penalizar quem quer que seja, sem o seu direito de defesa. Isso não pode. Sou um homem de formação jurídica. Conheço a legislação, sei dos meus direitos, sei dos meus deveres. Mas, todos que por aqui passaram nos últimos 30, 40 anos, sabem que não se muda a história desta Casa em 15 ou 20 dias. Nós começamos, sim, a mudar a história desta Casa nestes últimos 3 anos

E o Deputado Caíto Quintana - pena não estar aqui agora - lembra muito bem que quando exercia a função de meu Vice-Presidente desta Casa anos atrás e nunca fizemos qualquer tipo de alarde. Lembro-me muito bem da data de 6 de janeiro, sendo que pedimos apenas à Justiça que nos desse o prazo para que essas pessoas pudessem passar o Natal e o Ano Novo e no dia 6 de janeiro demitimos duas mil pessoas em uma só canetada.

Então, este Paraná que queremos, esta Assembleia que queremos, todos nós queremos, sim. E esses erros não vêm de hoje, nem foram criados ontem ou anteontem. Por isso, Deputado Rafael Greca e Deputado Valdir Rossoni, recebo com muita alegria a sugestão de V. Exas. O Deputado Romanelli ainda dizia: eu cuido da esquerda para trazer aqui para nós debatermos e a direita deixamos para outros virem aqui debater conosco. Ora, qual é a dificuldades que temos em conversar com essas pessoas? Nenhuma. Mas jamais algum deles nos convidou, porque é muito mais fácil fazer as vontades de uma rede de televisão ou de um jornal do que ouvir o outro lado da história. É muito mais fácil com o dedo para cima ou para baixo do que ouvir as verdades. E todos nós queremos, sim, passar não só a Assembleia Legislativa a limpo, mas queremos passar o Paraná inteiro a limpo, com todas as suas instituições, doa a quem doer. Aliás, vou me dedicar no ano que vem, como Deputado Estadual, exclusivamente a isso, só a isso.

Essa é uma missão que jurei à minha mulher e ao meus filhos. Vou apurar essa verdade e vou mostrar essa verdade que muita gente não teve a coragem de mostrar. E não sei se alguns Deputados que foram pedir o afastamento da Mesa terão a coragem de enfrentar essas ideais. Quero ver se terão a mesma coragem.

Quero dizer que a Assembleia Legislativa é um Poder do Estado que presta serviço a todos os paranaenses. Não representamos um interesse específico, somos adeptos da democracia, do direito, do debate, de ouvir e ser ouvido sem intransigência, de modo a construir uma sociedade melhor para todos os paranaenses. Tenho o sentimento de estar cumprindo o meu papel e espero, até o fim do meu mandato, avançar no que for possível para a permanente evolução desta Casa de Leis, que a partir de hoje passa a ser um exemplo para o Brasil.

Deputado Tadeu Veneri, temos muito a fazer, ainda. É verdade que ainda há muito o que fazer, mas nem o mais incrédulo pode dizer, nem o mais cético dos homens ou das mulheres podem dizer que não avançamos o máximo que pudemos durante esses últimos anos. E ninguém pode imaginar que alguns dos senhores seriam favoráveis a qualquer ato de corrupção por quem que fosse, nenhum de nós é favorável a isso. Nós também queremos a Assembleia e o Paraná passado a limpo.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Quero saber então: o senhor aceita a ideia de um amplo debate sobre a organização da Assembleia com as entidades da sociedade civil neste Plenário? E a Mesa da Assembleia pode convocar essa sociedade, abrindo inclusive uma tribuna livre para eles, pela televisão, para que venham dizer do seu descontentamento, dos seus agravos? Mas claro que respaldado no artigo 8º da Constituição, que permite amplo direito de defesa.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Claro que sim. Até a propósito, desculpe, Deputado Romanelli, acabei esquecendo algo que na última sexta-feira nós procuramos, e coloco aqui até a votação, porque tenho que encaminhar ainda hoje este ofício, que é uma decisão da Comissão Executiva.

(Lê):

“Através do presente, estamos apresentando resposta à Indicação nº 070/10, de autoria da nobre Deputada Cida Borghetti, que sugere à Mesa Executiva firmar convênio com o Observatório Social do Brasil, com a finalidade de contribuir com a consolidação dos trabalhos de transparência da Assembleia Legislativa do Estado.

O Observatório Social do Brasil tem experiência reconhecida pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), órgão da Organização das Nações Unidas como modelo de atuação da sociedade civil no controle social da gestão pública para todos os Países da América Latina.

Sendo assim, em razão dos difíceis momentos em que passa o Poder Legislativo e para implementar ainda mais o processo de transparência que está em plena realização nesta Casa, a Mesa Executiva acata plenamente a indicação da nobre Deputada para a realização de um convênio com Observatório Social do Brasil, e faz um convite através da pessoa seu Presidente, Eduardo Araújo, para que o OSB venha trazer sua experiência neste momento em que a Assembleia Legislativa vem realizando um trabalho que tem por preocupação maior transparência e legitimação dos seus atos, nos moldes que atual administração vem ditando nos últimos anos. Exemplo disso é a TV SINAL, o painel eletrônico, o Portal da Transparência, o site de pesquisa legislativa através da internet, dentre tantas outras atividades voltadas a clarificar o Poder Legislativo ao povo, que é o verdadeiro motivo de nossos trabalhos.”

Coloco neste momento em votação, porque quero mandar imediatamente para esse Observatório um convênio que não tem custo algum para a Assembleia Legislativa, mas esse Observatório fará a fiscalização definitiva da administração da Assembleia Legislativa.

Então, se algum Deputado for contra que se manifeste, e os que forem favoráveis permaneçam como estão. Está aprovada a indicação da Deputada Cida Borghetti. E teremos então a cooperação, Deputado Romanelli, do Observatório Social do Brasil para fiscalizar esta Casa a partir de então.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, acho a sugestão dada pelo Deputado Rafael Greca, e também citado por V. Exa. e que foi lida passado também pelo Deputado Valdir Rossoni, neste momento é o ato mais importante que esta Casa deveria fazer, se debruçar sobre isso. Há uma prerrogativa básica nesta Casa que ninguém pode tirar. Podemos todos nós, os 54 Deputados sair daqui, mas haverão outros 54 Deputados, frutos das urnas. Na minha opinião, aqui será sempre o local do debate, fazer aquilo que de melhor podemos fazer, ouvir, explicar, prestar contas, essa é a nossa função. O ideal é estabelecermos a data, trazermos para cá as entidades, convidando abrindo as tribunas para as entidades, que podem escolher cinco, seis representantes para falar em nome delas, dizer o que eles estão pensando, a Casa ouvir e também falar daquilo que está sendo feito. Para mim é a decisão mais importante que poderíamos tomar aqui neste Plenário, estabelecer o dia para o encontro, para fazer o convite. Poderá ser depois da manifestação do dia 8.

Concordo com o Deputado Rafael Greca, as manifestações são livres. Elas devem existir e são importantes que existam. Não deveríamos deixar passar este momento. Tirar aqui uma data, fazer um convite em nome da Assembleia Legislativa, abrir para que as entidades possam trazer aqui seus representantes e discutir civilizadamente aquilo que está acontecendo aqui dentro desta Casa. Isso importa para o Paraná, para as entidades, e afinal de contas, temos a

obrigação de prestar contas à sociedade. Nada vai nos ofender aqui. Os que vão falar aqui poderão expressar sua opinião. Que possamos marcar um encontro ou marcar para conversar com as entidades.

Muito obrigado! Desculpe ter interrompido!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Fico muito agradecido, porque já iniciei isso exatamente hoje, quando liguei ao Presidente da FIEP, que ficou de ligar para essas pessoas que pudéssemos conversar. Temos que ter um número x de representantes, umas regras. Tivemos há pouco uma manifestação do MST não lembro qual foi o nome do movimento que esteve aqui, mas foi uma manifestação pacífica, ordeira, correta. Como a gente imagina! O que não queremos é sermos julgados sem o direito de defesa. Temos que explicar. E, quanto à ofensa, Deputado Augustinho Zucchi, nenhuma ofensa. maior do que publicar num matutino “Quero Nelson Justus morto” pode me ofender mais. Nada vai me ofender mais, nem a minha família que foi proprietária deste jornal. Nada vai me ofender mais do que isso. Então, temos que ter civilidade aqui, como sempre tivemos, e aqui é o Parlamento, aqui se ‘parla’. Não é mesmo?

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Deputado Nelson Justus, quero formalizar que a Mesa marque uma data e abra a tribuna da Assembleia para essas entidades. Sempre recordando o artigo 8º da Constituição do pleno direito de defesa e, também, a velha máxima de Sêneca de que: “Só o desaforo marca a ausência do argumento”. Esperamos verdadeiramente bons argumentos que tragam a esta Casa contribuições, como imaginamos que a sociedade trabalhadora e laboriosa do Paraná vai trazer para esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Muito obrigado!

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero pedir licença ao Deputado Romanelli para que eu possa, também, fazer o meu pronunciamento com relação às palavras colocadas pelo Deputado Augustinho Zucchi e Rafael Greca, me somando a ambos os pronunciamentos.

Na semana passada, Presidente Nelson Justus, estive na explanação do Observatório Social no Restaurante Madalosso, a convite da Associação Comercial do Paraná, e é um grande passo a aprovação dessa indicação da Deputada Cida Borghetti, porque o trabalho do Observatório Social não fica restrito ao observar. É todo um segmento e, também, não ficará restrito à questão de recursos humanos desta Casa, mas todos os processos licitatórios, da compra de papel às reformas de banheiro. Tudo será monitorado e os cerca de 300 milhões que per-

fazem o orçamento desta Casa serão rigorosamente fiscalizados. É um grande passo porque não estamos ficando restritos à folha de pagamento, e o senhor sabe disso.

Como eu disse, todos os processos licitatórios, as compras. É realmente cada real dos 300 milhões de orçamento desta Casa. Parabéns! Acho que são essas respostas que a sociedade espera de nós e me somo ao pronunciamento com relação a estarmos frente a frente com as entidades, porque queremos o Paraná passado a limpo.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É verdade. Apenas, Deputada Rosane, nós estivemos na quinta-feira, por algumas horas, com esse pessoal do Observatório Social do Brasil e ficamos extremamente impressionados com a competência, com a intenção, com os objetivos e com os resultados desse Observatório. Tenho certeza que a Assembleia, com mais este assessoramento, vai conseguir dar mais um passo muito importante naquilo que nós pretendemos. Obrigado e, agora sim, no Grande Expediente, V. Exa. tem o tempo que quiser, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas; Srs. Deputados; Prezado e ex-Líder da Oposição aqui nesta Casa, Deputado Valdir Rossoni; Prezado Deputado Elio Rusch, atual Líder da Oposição; demais companheiros e companheiras.

Venho a esta tribuna, hoje, para poder me desincumbir de uma missão que me foi dada pelo Governador Roberto Requião. Quero dizer que penso eu que a gratidão é a mãe de todas as virtudes. Só posso ser muito grato ao Governador Requião por ter me dado a possibilidade de servir ao Paraná e aos paranaenses, me permitindo exercer a função de líder da base de apoio ao governo, no âmbito da Assembleia Legislativa.

Existem dois Romanellis: um antes do exercício da Liderança do Governo e um outro depois. Digo isso, porque vim para esta Casa, Sr. Presidente, em um segundo mandato de Deputado Estadual, assumindo em fevereiro de 2007, após ter realizado pela segunda vez também a experiência que é muito interessante, de ter sido o responsável pela política habitacional do Paraná. Cheguei a esta Casa renovado, pela força do voto, dos 82 mil e 666 paranaenses, que puderam apoiar a nossa candidatura, para integrar a bancada do nosso partido, o PMDB.

É a nossa bancada do PMDB, que por primeiro quero aqui publicamente, agradecer pelo apoio que recebi ao longo desses últimos três anos e meio. Bancada esta que nunca me faltou. Ao nosso líder Pugliesi e demais integrantes dessa bancada. A bancada do Partido dos Trabalhadores, que conosco integrou essa base de

apoio, que nunca nos faltou. Dizer aos Deputados que integram a bancada do PSDB, dos sete deles, cinco tiveram juntamente conosco, com uma postura de absoluta lealdade e companheirismo, ao longo desses três anos e meio, dando sustentação às políticas públicas do nosso Governo. Agradecer a Deputada Rosane Ferreira, que demorou um pouco e com alguma relutância se somou conosco, como também os Deputados Felipe Lucas, Dr. Batista, Augustinho Zucchi e Scanavaca.

Não posso deixar, aqui, publicamente, de reconhecer o papel importante que o Deputado Jocelito Canto teve, em um segundo momento. Porque no começo, ele estava extremamente radicalizado. Mas aos poucos, quando ele viu a construção do hospital regional, que era um sonho, indiscutivelmente, ele passou a ter um papel importante neste Legislativo, como todos aqui tiveram.

Agradecer, Deputada Cida, através da sua pessoa, os Deputados que integram o Partido Progressista e dizer do papel fundamental que tivemos do Líder Deputado Duílio Genari. Publicamente registrar, Deputado Elio Rusch, o meu agradecimento à Oposição aqui nesta Casa. Porque travamos o debate político, seja ele discutindo as políticas públicas ou durante o processo legislativo, no plenário e nas comissões permanentes da Casa. Agradecer muitos, que em boas provocações, estimularam que eu pudesse de fato promover uma discussão aprofundada, de cada um dos temas que aqui discutimos. Nesse aspecto, Deputado Tadeu Veneri, obrigado pelo companheirismo, lealdade e franqueza, que permitiu que pudéssemos - Deputado Durval Amaral, competente Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, estabelecer na Assembleia Legislativa, um debate virtuoso.

Chamamos a sociedade civil organizada, para discutir aquilo que aqui votamos. Procuramos exercer no âmbito externo um debate com a sociedade. E no âmbito interno, exercer um modelo de gestão democrática da nossa base de apoio, privilegiando o debate com os companheiros e companheiras de forma que pudéssemos, quando chegássemos aqui no Plenário, termos sustentação nas votações. E que lutas que travamos aqui. Sempre com o fio condutor pautado na essencialidade de um Estado que tem uma profunda desigualdade social. De um Estado que sabemos, de profundas desigualdades e promover o combate a essa desigualdade. Promover a inclusão social, o desenvolvimento das políticas públicas que modifiquem essa realidade não é uma tarefa simples. Ao contrário, buscar o equilíbrio entre aqueles que precisam de Governo e que precisam ter políticas públicas nesse sentido. E por outro lado, entre o setor produtivo que cada vez mais exige uma carga tributária reduzida, é muito difícil buscar esse equilíbrio.

Mas, o Governador Requião, com a inteligência, com a capacidade de trabalho, de luta, de preservar, dos bons propósitos ao longo desses três anos e meio, conseguiu de um lado valorizar o servidor público, estabelecendo as carreiras, avançando muito na área de

Educação, mais do que qualquer outra política pública, avançamos na área da Educação. São 44 novos hospitais entre construídos, ampliados, reformados, melhorados, que compõe, o Sistema Único de Saúde e que é uma obra que continua em execução no atual Governo.

Quero dizer que foram muitas as leis, a discussão do piso do salário-mínimo regional, que tem sido um grande instrumento, que tem justamente criado as condições de dar sustentabilidade, do ponto de vista daquilo que é fundamental, que é distribuir renda. E nós conseguimos avançar muito com esse debate.

Não posso deixar de citar que na minha avaliação, as duas leis foram absolutamente debatidas, discutidas, e que foram os maiores desafios que tive como Parlamentar e como Líder. A primeira, foi de aprovar a minirreforma tributária que desordenou 95 mil produtos dos chamados bens de consumo salário. E ao mesmo tempo garantiu que o Governo pudesse ter receita própria, porque sabemos, cada dia que passa diminui a receita que é fruto das transferências constitucionais do Governo Federal, por conta também das desonerações do IPI especialmente.

Agora, indiscutivelmente, lei que teve grande debate e também atendeu o clamor público, que é a Lei Antifumo. Essa lei, na minha avaliação foi a mais difícil. Diria que nessas duas leis, na minirreforma tributária e da Lei Antifumo, chegamos a este Plenário com essas leis derrotadas. E foi o debate político, foi de se buscar junto à sociedade o debate para arejar as ideias e as posições de cada um dos Parlamentares é que viramos o jogo. Foi o debate, a discussão, a participação que mudou a realidade da votação em Plenário. E me surpreendi muito, porque alguns já conhecia há muitos anos e outros, pela televisão, pelos jornais. Aqui na Assembleia se conhece o caráter das pessoas na essência. Da visão que as pessoas tem em relação à sociedade, da alma das pessoas.

Para mim, foi um dos melhores períodos da minha vida. Porque aqui conheci. homens e mulheres imbuídos do firme propósito de fazer o bem, mesmo divergindo, mesmo contrariando aquilo que eu pensava, mas tenho que reconhecer que esse debate foi absolutamente enriquecedor do ponto de vista daquilo que podemos ver como a síntese da sociedade paranaense que está aqui representada neste Parlamento.

Tive muita honra de ter sido escolhido pelo Governador Requião para poder ser o seu Líder aqui nesta Casa. Requião é um líder singular, político único. Certamente como Requião talvez não tenhamos mais político algum da singularidade do seu estilo, da sua inteligência afiada, mas o Paraná é um processo permanente de construção. Nós paranaenses e aqui falo em nome de todos os que aqui nasceram ou que para cá vieram, somos um povo arrojado. E esta Casa é síntese deste povo. E esta Casa é síntese desse povo. E sabemos dos desafios que temos pela frente, para poder de fato responder a demanda da sociedade. Nesses sete anos e meio de

Governo criamos já quase 800 mil novos empregos de carteira assinada. São recordes, recordes, fruto da política econômica acertada do Presidente Lula, mas também do que aqui fizemos, quando aprovamos ampliando ainda mais a lei que cria os benefícios para micro e pequena empresa, ampliando a isenção do ICMS.

O Sr. Durval Amaral (DEM)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero cumprimentar V. Exa. que neste momento anuncia publicamente a saída da Liderança do Governo, V. Exa. que conduziu com maestria ao longo desses três anos e meio, todos os projetos nesta Casa de Leis que tramitaram de interesse do Governo, fossem projetos de autoria do próprio Governo ou de autoria dos Deputados, mas que o Governo tivesse interesse.

Foi, sem dúvida alguma, um grande vencedor, mas um grande batalhador, defendendo as ideias, as propostas, fazendo o debate sempre respeitoso, muitas vezes com muito calor na discussão, mas sempre respeitoso, porque sempre afirmo isso, Deputado Romanelli, que aqui na Assembleia podemos travar as mais árduas discussões e debates, mas eles têm que se encerrar no plenário da Assembleia Legislativa, não podemos extrapolar para o campo pessoal e V. Exa. sempre soube muito bem distinguir e diferenciar o debate político do relacionamento entre os Parlamentares.

Então, V. Exa., eu digo até como testemunho de Deputado que preside neste momento a Comissão de Constituição e Justiça, fez com brilhantismo, com galhardia, sempre pautando, lutando, acompanhando todas as discussões não só no plenário, mas nas comissões, nos debates travados pelo Paraná afora, sempre defendendo.

Até digo, não sendo efetivamente no sentido pejorativo, mas V. Exa. encarnou mesmo a cara do Governo Roberto Requião, e certamente as boas teses deste Governo. Existiram falhas, sem dúvida alguma, mas as boas teses V. Exa. encarnou, defendeu e sempre teve uma postura muito firme.

Então, meu cumprimento a V. Exa., está de parabéns e digo ao Deputado Caíto, depois de suceder V. Exa. com tanta galhardia, com tanto brilhantismo, a missão do nobre Deputado Caíto terá por demais espinhosa, não em função do Governador Orlando Pessuti, que é uma simpatia, que todos nós gostamos, mas pela dedicação total que V. Exa. dedicou a este Governo de Roberto Requião, que se encerrou há alguns dias atrás.

Então, está de parabéns V. Exa. Êxito e muito sucesso ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Durval Amaral, agradeço pelas suas palavras, até porque foi um grande parceiro, nós não teríamos conseguido fazer com que o processo legislativo nesta Casa fosse tão frutífero se não tivesse tido estas parcerias a favor do interesse público. V. Exa., como Presidente da CCJ, contribuiu muito para elevar o nível do debate político durante o processo.

Na verdade não quero me alongar muito e quer dizer, Deputado Caíto Quintana, que decidi, junto com o Governador Pessuti, na última semana, a saída, como já havíamos pedido desde o final de março da Liderança do Governo. Penso que o Governador Pessuti foi muito feliz em fazer a escolha de Caíto Quintana, além de amigo pessoal, companheiro do nosso velho MDB, uma pessoa com uma experiência parlamentar como poucos.

Ao mesmo tempo quero dizer a cada um dos senhores e das senhoras o quanto foi importante esta nossa convivência, quero agradecer aqui a assessoria que é chefiada pelo Dr. Marcelo Panizzi, que foi um trabalhador incansável, além de todos os outros companheiros que integram a assessoria da Liderança do Governo aqui nesta Casa. Gente valorosa, que trabalha muito e que foi muito importante para que pudéssemos avançar. Agradecer a assessoria do meu gabinete parlamentar, durante este período, para atender todas as demandas dos meus Municípios, indiscutivelmente foi um período de muito trabalho, de muita luta. Agradeço muito aos Secretários de Estado, dirigentes de empresas, sociedades de economia mista do Estado do Paraná, que contribuíram muito nesse processo todo de poder sempre esclarecer o debate aqui travado. Isso foi muito importante.

Concedo o aparte ao Deputado Greca.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Só para dizer da satisfação de nós paranaenses - eu não estava aqui, estava lá na COHAPAR, do outro lado do balcão - tivemos quando vimos esta Assembleia fazer avançar o Paraná, por exemplo, diminuindo a carga tributária de 95 mil produtos, acabando com a possibilidade de achaque dos pequenos industriais e comerciantes por possíveis fiscais desonestos da Fazenda do Estado, diploma que V. Exa., na condição de Líder do Governo, conduziu.

Quero manifestar também a satisfação da sociedade paranaense pela magnífica votação que fez esta Casa, dando ao Paraná, por vários anos seguidos, o maior índice de reajuste de salário-mínimo no nosso País, coisa que multiplicou a geração de empregos e criou um círculo de virtude no Estado do Paraná inteiro, inclusive pela possibilidade de inserção na Constituição. Tenho certeza que se V. Exa. pudesse, mais pelo nosso povo faria, ainda mais porque embasado nos propósitos da correta gestão pública que sempre teve o Governador Requião.

Então, receba o meu fraterno cumprimento, mas também o registro histórico deste paranaense que, antes de ser Deputado, presta atenção na história da sua terra e vê, cada vez que o Paraná avança, progresso social! Sem dizer que pagamos a luz mais barata do País, que temos a Tarifa Social da Água, que distribuímos diariamente o leite das crianças e não se faça também ouvidos moucos ou pedra de esquecimento sobre o excelente Governo que fez o nosso amigo Roberto Requião.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Greca.
Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Deputado Luiz Claudio romanelli, ouço com muita atenção o vosso pronunciamento, na medida em que V. Exa. anuncia oficialmente a saída da Liderança do Governo do Estado. V. Exa. que assumiu, desde o início do segundo mandato do Roberto Requião, a Liderança do Governo aqui na Assembleia.

Quando V. Exa. assumiu a liderança, o Líder da Oposição foi o Deputado Valdir Rossoni. Vieram as eleições municipais, o Deputado Valdir Rossoni pediu o seu afastamento da liderança, porque fomos conduzidos pelos nossos Pares a assumir esse posto, que sabemos que não é fácil ser Líder do Governo e nem exercer a Liderança da Oposição. É espinhoso, não é fácil, e V. Exa., como disse muito bem o Deputado Durval Amaral e outros Deputados que nos antecederam, tem desempenhado com muita fidelidade em favor do Governo do Estado.

Travamos diversos debates aqui nesta Casa, neste Plenário. Alguns debates mais amistosos, outros um pouco mais conflituosos, alguns debates mais acalorados. Isso faz parte, como disse o Deputado Nelson Justus, aqui é o Parlamento. O Parlamento é falar, conversar, discutir, aperfeiçoar aquilo que entendemos que é necessário que deve contribuir para melhorar um projeto, um pedido de informações. Como agora também, neste novo momento que vive a Casa.

Quero parabenizar V. Exa. e dizer ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, eu como Líder da Oposição, no momento que V. Exa. faz o seu último pronunciamento como Líder do Governo e quem vai lhe suceder é o Deputado Caíto Quintana. Se por acaso nesses debates que travamos, se ofendi V. Exa. por algum motivo, pode ter certeza que isso foi involuntário, que isso tenha acontecido no calor da discussão. Sempre levamos em consideração o bem do Paraná, tanto a base do Governo como nós da Oposição. Todos entendemos que o cargo que exercemos é passageiro, seja no Legislativo, seja no Executivo, ou seja na função de líder; o que permanece são os nossos atos e as nossas ações.

Os debates que aqui travamos foram sempre em favor do Paraná, tanto aqui no Plenário, como nas Audiências Públicas. Vota exatamente quem tem a maioria. Quem pede uma votação tem que respeitar a democracia. A democracia é a grande vencedora, sempre foi, é e sempre será. O Parlamento, quando mais forte é melhor para a sociedade. O Parlamento enfraquecido ganha o regime totalitário.

Acredito que não é isso que nenhum paranaense, nenhuma entidade e nenhum Parlamentar quer que aconteça aqui na Assembleia Legislativa.

Por isso, parabéns a V. Exa. pelo trabalho que tem realizado. Sabemos que algumas teses, é um ponto de vista pessoal meu, algumas teses que V. Exa. tem como Líder do Governo foram difíceis de defender, muito difíceis. Mas V. Exa. fez o possível em querer convencer a maioria da Assembleia a votar com o Governo e junto com a Liderança do Governo.

Parabéns, sucesso agora como Deputado e sucesso na sua vida. Um grande abraço.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Elio Rusch.
Deputado Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Deputado Luiz Claudio Romanelli, eu o conheço bem, sei que na hora que está entregando esse posto de comando - que exerci aqui nesta Casa defendendo o Governo Requião - V. Exa. está seguro de que fez um belíssimo trabalho.

Quantas vezes eu afirmei, em todos os cantos deste Paraná, muitas vezes na sua ausência, na presença do ex-Governador nosso companheiro Requião, muitas vezes na presença do nosso Vice-Governador Pessuti, hoje Governador. Se eu fosse você, Governador Pessuti, manteria o Romanelli na Liderança do Governo. Porque só o tempo vai mostrar o trabalho excepcional que foi prestado aqui através da sua atuação ao povo do Paraná, servindo aos paranaenses e servindo ao Requião.

Portanto, desnecessária seria essa afirmação que estou fazendo aqui. V. Exa. sabe, como já afirmei em todos os cantos. Mas é aquilo que sempre acontece. Muitas vezes a liderança exige posições antipáticas, duras, mas sempre a liderança exige que o comportamento seja fiel, digno, firme. Quantas batalhas presenciei aqui nesta Casa, com os embates - e a democracia é boa por causa disso - travados aqui, levando ao conflito, ao contraditório. Muita gente até se aborrecendo com o comportamento que era exigido, e V. Exa. sabe que sempre, como líder da bancada, nós o apoiamos nessas condições.

então, essas coisas aconteceram e V. Exa. não deixará de ser a liderança que temos dentro do partido e dentro desta Casa na defesa do Poder Legislativo, que precisa ser preservado como um dos pilares da democracia.

V. Exa. tem um trabalho enorme para cumprir nos próximos meses em todo Estado do Paraná.

Portanto me orgulhei, como Líder da Bancada do PMDB, em ser seu liderado como Líder do Governo. A luta vai continuar.

Prezado Deputado Romanelli, parabéns, e quero já aqui saudar a chegada do nosso companheiro Caíto Quintana, que vai ter que trabalhar bastante para ficar à altura da Liderança do Governo que foi alcançada por V. Exa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado Deputado, pelas palavras generosas que só poderiam vir do Presidente do nosso partido, que é um companheiro por quem todos temos respeito e reverência.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Quero cumprimentar e enaltecer o respeito que conduziu o Líder do Governo em todos os embates. Nós que tivemos, não só aqui no Plenário, porque no Plenário, como disse a nossa Líder da Oposição, o senhor tinha votos e poderia sempre usar o rolo compressor. Sempre ouviu, na medida do possível, as diferenças e várias vezes teve a grandeza de recuar a favor do interesse público.

Quero aqui render as homenagens e dizer que o debate com V. Exa. nunca foi medíocre, sempre foi em alto tom e principalmente depois de profundos estudos. Acima de tudo este Parlamento ganhou com a sua liderança do Governo. Tenho certeza que se nem sempre saímos vencedores, com certeza o debate venceu sempre.

Que Deus o ilumine como Deputado e que possa colher bons frutos dessa liderança.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Só para cumprimentá-lo, foi um belíssimo líder, fez grandes debates e não tenho dúvidas que vai deixar saudades aqui como líder, porque tenho certeza que ser líder de qualquer Governo não é fácil e V. Exa. foi líder de um do Governo que realmente é diferenciado. V. Exa. tem nosso cumprimento. Foram bons debates que V. Exa. comandou aqui. Tivemos momentos de discussão, mas não tenho dúvida de que V. Exa. foi um dos grandes líderes da história deste Parlamento do Paraná.

Por isso, meus parabéns.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

V. Exa., no dia de hoje, está a pronunciar-se no instante em que deixa a Liderança do Governo. Devo falar amanhã, mas queria antecipar, para que se registrasse, no largo tempo de companheirismo que temos no nosso partido, como nossas famílias, a convivência diária dentro desta Casa. E quero agradecer, como membro da Bancada do PMDB e como membro do Governo, todo o empenho de V. Exa. durante este período. A liderança sempre é um cargo espinhoso, difícil. O debate, às vezes, de um requerimento, prende a presença do líder e o debate se estende por horas a fio.

Espero contar com o apoio de V. Exa. na condição da Liderança do Governo, bem como também do nosso partido, dos companheiros que compõem a base aliada. E que saibamos distinguir o momento político que vamos viver, que nem todos apoiarão o mesmo candidato. Que saibamos dividir o espaço da política fora da Assembleia, do tempo da política dentro da Assembleia, quando o que nos une é exatamente o Legislativo e a vontade de podermos fazer o melhor pelo nosso Estado do Paraná.

Parabéns, Deputado Luiz Claudio Romanelli. Conte comigo, como espero contar com V. Exa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Perfeitamente. Deputado Caíto Quintana, não tenha dúvida que serei seu liderado com a mesma lealdade e firmeza com que o companheiro Caíto Quintana foi comigo nestes três anos e meio. Nunca me faltou. E da mesma forma serei liderado, com o maior prazer.

Quero dizer a todas as amigas e amigos, se me permitem dizê-los assim, Presidente Nelson Justus, que sempre me tolerou até nos meus arroubos, porque reconheço que venho, vejo ali meu sobrinho Wilson Romanelli, lá na rua Belém, em Londrina, desde muito cedo o pai do meu sobrinho, Roberto Romanelli, que foi quem me criou, meu irmão mais velho, ele nos cobrava muito: trabalho sempre foi a base da nossa família. Trabalho, lealdade, honradez coerência. Foi o que fiz aqui, sempre, no exercício do Mandato Parlamentar e da Liderança do Governo. E esta Presidência sempre foi tolerante, justamente com estes arroubos que sempre tive. Reconheço isto. Algumas vezes me excedi, mesmo. Mas, reconheço isto também.

Um dia li as palavras de Ulysses Guimaraes, que nós Parlamentares, nunca podemos sair da tribuna e por mais acalorado que tenha sido o debate, não tenhamos a condição de descer da tribuna e poder cumprimentar com quem debatemos. Este é o limite, no Parlamento.

Quero dizer, Presidente que voltarei ao Plenário com a maior alegria e felicidade. Porque eu reconheço que meu lugar não é no mármore frio da mesa diretora. É neste show quente do Plenário, no debate e no convívio com os Parlamentares que me sinto bem.

Por isso, agradeço muito a todos, à assessoria da Mesa que sempre me tolerou, mas especialmente à Mesa desta Casa, à Mesa Diretora. Estarei exercendo esta mandato na plenitude, mas indiscutivelmente encerro aqui uma fase da minha vida. Tenho conversado com os ex-Líderes de Governo e ninguém passa impunemente por esta função, dentro da Assembleia Legislativa. Mas, agradeço muito, publicamente, ao Governador Roberto Requião, ao Governador Orlando Pessuti por estes dois meses de convívio e estaremos, com certeza absoluta, promovendo o debate das grandes teses que este Estado precisa enfrentar.

Mas, agradeço publicamente a todos e muito fortemente a esta Presidência pelo apoio que sempre tive!

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns, Deputado Romanelli! Os arroubos de V. Exa., são compensados pelo auxílio que deu à Mesa Executiva e a esta Casa. Portanto, receba os nossos cumprimentos! E como uma última notícia de V. Exa. ainda como Líder, dizer que esta Presidência recebe das mãos do nosso Vice-Presidente, Antonio Anibelli, a sanção do Governador que regula os requisitos para escolha e nomeação dos servidores para cargos de provimento em comissão dos quadros da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica. V. Exa. sem dúvida nenhuma, teve uma participação muito grande na sanção deste projeto e na confecção do projeto, juntamente com o Deputado Durval Amaral. E o Governador veta apenas o inciso II, do artigo 7º, sobre as disposições do artigo 9º, conforme V. Exa. seguramente já deveria ter conhecimento.

Parabéns, portanto, a V. Exa. e a todos aqueles que contribuíram para a confecção deste projeto!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Sr. Presidente!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV, com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Pego desculpas à Deputada Rosane Ferreira, mas gostaria justificar porque devo me retirar agora do plenário porque tenho um compromisso marcado para as 17h30, então vou me retirar do Plenário. É uma questão justificada e gostaria de comunicar que, se possível, fosse abonada justamente nossa falta na hora das votações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

E como o nosso Vice-Líder não está aqui hoje, o Deputado Douglas Fabrício, responderá pela Liderança da Oposição o Deputado Ademar Traiano.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Muito bem.

Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Quero dizer que não solicitei aparte na fala do Deputado Romanelli porque foram muitos os Parlamentares que se pronunciaram, mas quero também registrar que embora tivéssemos alguns embates duríssimos - lembro-me de uma Sessão Plenário em que, por volta das 2h30, eu, o Deputado Romanelli, o Deputado Péricles de Mello debatíamos o ensino de nove anos e o ingresso de crianças com seis anos de idade no ensino fundamental - sempre foi um embate de grande conhecimento e de aprendizagem com o Deputado Romanelli.

Parabéns, Deputado Romanelli! Apreendi muito com V. Exa.! O senhor é um grande tribuno, um grande Parlamentar, e vamos em frente. Tenho certeza de que a Liderança do Governo também estará em ótimas mãos com o Deputado Caíto Quintana. Parabéns, mais uma vez, Deputado!

Solicitei o horário do nosso bloco, gentilmente concedido pelo Deputado Edson Praczyk, que tinha até um pronunciamento para fazer neste momento, mas que concedeu a mim para registrar algumas situações do

nosso trabalho parlamentar. A primeira situação é que protocolei, no intuito de prestar homenagem ao Dr. Rui Miranda, uma solicitação de votos de profundo pesar, falecido na data de 27 de maio, por todos os valiosos trabalhos que realizou. O Sr. Rui Miranda foi o idealizador da Fundação Pró-Hansen, professor emérito da Universidade Federal do Paraná, Presidente da Academia Paranaense de Letras, Vice-Presidente da Associação Médica Brasileira e chefe do Centro de Estudos Leprológicos Souza Araújo, da Universidade Federal do Paraná. Ele faleceu aos 95 anos e deixa uma história linda para todos nós paranaenses.

Protocolo ainda uma indicação solicitando estudo para a instalação de passarelas para pedestres, lombadas eletrônicas e sinalização horizontal, pinturas de faixas, colocações de faixas reflexivas no contorno sul, na BR-376, localizada no trecho que corta as BRs-476 e 277. Todos os dias, Pastor Edson Praczyk, para vir para esta Casa eu pego esse trecho na estrada. E é lamentável o que acabamos testemunhando, quase que diariamente acidentes nesse trecho, que cruza toda a Cidade Industrial de Curitiba, maior bairro em extensão geográfica da Capital, e que, segundo o censo de 2000, moravam na localidade cerca de 157 mil pessoas. Lembrando que no Paraná só 16 Cidades têm mais de 100 mil habitantes.

Então, o contorno sul corta um bairro com uma população maior que muitas Cidades do Paraná. Fazem parte da Cidade Industrial de Curitiba, o Jardim Gabinete, a Vila Sandra, Atenas, Augusta, as Vilas Itatiaia, Osvaldo Cruz I e II, a Vila Nossa Senhora da Luz, Santa Helena, Conquista, Caiuá, Barigui, Vila Verde, Vitória Régia e várias outras, sem contar as inúmeras indústrias instaladas. Construído na década de 70, e tendo a segunda pista inaugurada em 2002, o contorno sul necessita urgentemente de uma revitalização com instalação de passarelas para pedestres, radares, sinalização horizontal e uma melhor iluminação.

Na semana passada, eu voltando à noite já pelo contorno sul, queria entender por quê tantos carros, caminhões, simplesmente saíam da rodovia e invadiam os canteiros. Tivemos há algum tempo atrás, um que, desgovernado, causou o acidente de mais 13 veículos atrás, simplesmente porque se perdeu e tombou sobre a pista um carregamento enorme de soja.

Então, é uma via de suma importância, e hoje estou entendendo, Deputada Luciana Rafagnin, a situação precária que se encontra com relação à sinalização e iluminação, aquelas faixas reflexivas que temos para poder manter a atenção. Isso tudo somado ao tráfego intenso de caminhões que cortam, vindo do Norte do Estado com destino a Paranaguá.

Então, estamos fazendo essa indicação, pedindo que sejam tomadas medidas urgentes no sentido de evitar que isso se propague. Já foram inúmeras as manifestações da população, vira e mexe a população fecha a rodovia porque não aguenta mais. É uma tristeza imensa quando eu passo de carro por ali e vejo trabalhadores, cri-

anças, donas de casa, esperando minutos, às vezes precisavam de quase meia hora para poder cruzar a estrada, Pastor Edson. Eu não sei como é que se projetam Cidades, se adensa a população e se constrói conjuntos habitacionais sem pensar e sem garantir o ir e vir da população com segurança.

Então, temos que fazer alguma coisa já naquela situação. E quero fazer essa indicação legislativa ao DNIT, pedir para que o nosso DER some-se a essa questão para resolvermos definitivamente esse problema. Só tínhamos uma extensão de 15 quilômetros, uma única lombada eletrônica ou radar, que foi retirado, o único que tínhamos e agora foi retirado.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Veja, Deputada Rosane, o Estatuto das Cidades é claro em dizer que não se deve, localizar conjuntos habitacionais ao lado de grandes vias, a não ser contíguas à malha urbana consolidada, de preferência usando vazios urbanos. A senhora fala do contorno sul de Curitiba?

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Exatamente.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

O contorno sul de Curitiba, dos dois lados foi povoado extemporaneamente ao que definia o Plano Diretor de 1966. Ele foi povoado por ocupações irregulares. A ocupação do Conjunto Caiuá, ligada inclusive ao sistema de transporte pelo tubo de ligeirinho, tem o serviço de uma trincheira e da passagem das ciclovias e calçadas. E dali se faz a ligação para o Diadema e para São Nicolau, que cercam o Parque Tropeiros. A ocupação da região da Colônia Ferrari, em Campo Largo, e do lado de cá, Vila São José, nos fundos da Volvo, tem também acesso pela Rua Eduardo. Não quer dizer que não deva o DNIT, o DER e a Prefeitura de Curitiba prever passarelas ou trincheiras. Não pensem em passarelas aéreas, porque só servirão de enfeite e obrigarão a colocação de imensas cercas. Ninguém sobe em passarelas aéreas. O povo prefere se matar a usar passarelas aéreas. Inclusive aqui entre a Catedral e a Igreja da Ordem roubaram as barras que impedem a passagem da José Bonifácio para atravessarem a rua pelo antigo e primitivo método dos rebanhos, sem passar pela galeria Júlio Moreira que já remonta 1975.

Curitiba não pode abrir mão do seu contorno como via de tráfego rápido.

Muito obrigado!

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Agradeço o seu aparte. Exatamente por entender que a Administração Municipal, Estadual e Federal deve compor nos quadro técnicos, não só cargos comissionados, apadrinhados politicamente. Então, estou solicitando um estudo técnico. Não estou indicando passarela, trin-

cheira, até porque não tenho conhecimento. Sou enfermeira de profissão.

Mas, tenho conhecimento do que faz mal para a população. Tenho conhecimento dos inúmeros acidentes que ocorrem no contorno sul. Tenho conhecimento da falta de iluminação, da falta de sinalização e da falta de tratar com dignidade as pessoas que lá moram às margens e trabalham às margens. Entendi perfeitamente o seu aparte.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Concordo com V. Exa. Vejo acerto na sua preocupação, mas quero falar sobre a geografia que ajudei a construir.

Muito obrigado.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Claro! E respeito o seu trabalho e é de conhecimento de todos a sua capacidade de administrador.

O que estou solicitando com este requerimento, é que sejam feitos estudos técnicos para melhorar esse problema que assola quase 100 mil pessoas, talvez até mais, que fazem uso daquela rodovia todos os dias.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se à Ordem do Dia.

Antes porém, recebemos um ofício do Governador Orlando Pessuti cumprimentando V. Exa., ao tempo em que comunico que a partir de primeiro de junho o novo Líder do Governo é o Deputado Caíto Quintana.

Duas PECs de iniciativa do Deputado Jocelito Canto, com diversas assinaturas, Recebemos, protocolamos, publique-se no Diário da Assembleia para conhecimento dos Srs. Deputados, e ao Departamento Legislativo para providência. Quero aproveitar e solicitar ao nosso Diretor do Departamento Legislativo, Severo, por gentileza, que providencie a PEC de autoria do Deputado Tadeu Veneri, da Bancada do PT, para que os Líderes dos Partidos possam indicar seus representantes, para que se transforme numa comissão especial.

Projetos que necessitam de apoio: Deputado Durval Amaral, Deputado Stephanes Júnior - três - Deputada Rosane Ferreira, Deputado Teruo Kato.

Todos Apoiados.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 046/10, subscrito pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expedi-

ente, comunicando que a partir de 01/06/10, o novo Líder do Governo junto à Assembleia Legislativa do Estado é o Deputado Caíto Quintana. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Deputado Jocelito Canto, devidamente apoiados, constante do expediente. **Recebidos. Publique-se no Diário da Assembleia e em Avulsos, para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para providências.**

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Deputado Jocelito Canto, devidamente apoiados, constante do expediente. **Recebidos. Publique-se no Diário da Assembleia e em Avulsos, para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para providências.**

Quero aproveitar e solicitar ao nosso Diretor do Departamento Legislativo, Severo, por gentileza, que providencie a PEC de autoria do Deputado Tadeu Veneri, da Bancada do PT, para que os Líderes dos partidos possam indicar seus representantes, para que se transforme numa comissão especial.

Ato da Comissão Executiva, subscrito pelo Exmo. Sr. Presidente Nelson Justus, constante do expediente, apresentando resposta à Indicação nº 070/10, de autoria da Deputada Cida Borghetti que sugere à Mesa Executiva firmar convênio com o Observatório Social do Brasil com a finalidade de contribuir com a consolidação dos trabalhos de transparência da Assembleia Legislativa do Estado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 098/10, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT - PR, estudo para instalação de passarelas para pedestres, lombadas eletrônicas e sinalização horizontal (pinturas de faixas e colocação de tachas refletivas), no Roan, Contorno Sul (BR-376) - Curitiba/PR, localizada entre às BR 476 e 277. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 099/10, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, que interpele a Secretaria de Estado de Segurança Pública sobre os abusos cometidos contra o Padre Silvio Andrei. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 100/10, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado a realização de estudos para instalação de uma faculdade estadual no Município de Carlópolis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 101/10, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente, propondo ao

Exmo. Sr. Governador do Estado, a construção de pavimentação de vias urbanas no Município de Fazenda Rio Grande. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 102/10, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a construção de uma Escola Municipal na localidade de Leão, no Município de Agudos do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 103/10, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a construção de Galpões Industriais no Município de Agudos do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de Apoioamento. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. Necessitam de Apoioamento. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Necessita de Apoioamento. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. Necessita de Apoioamento. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1734, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência na Plenário do dia 26 de maio próximo passado, devido ao fato de ter participado de reunião na Prefeitura de Londrina, juntamente com autoridades locais. **À Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 035/10, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que obriga a inserção de mensagem informativa nos rótulos ou embalagens dos produtos cariogênicos. **Aprovada. (Publ no DA nº 005/10, de 10/02/10, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 211/10, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de utilidade pública estadual a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Quarto Centenário, com sede no Município de Quarto Centenário e foro

no Município de Goioerê/PR. **Aprovada. (Publ no DA nº 046/10, de 10/05/10, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção aos Animais São Francisco de Assis - APASFA - no Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 214/10, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública o Instituto Internacional Sócio Ambiental e Cultural Planeta Vida, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 530/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a colocação de avisos nos Hospitais informando o direito do pai, mãe ou responsável de permanecer com a criança em caso de internação hospitalar, conforme delimita de forma clara o estatuto da criança e do adolescente. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. ANEXOS PROJETOS Nº 727/09 E 065/10. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/10 que objetiva alterar e incluir os dispositivos contidos na Lei Estadual nº 10799, de 24/05/94, que torna obrigatória a prévia inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal em todo território paranaense. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 585/09, de autoria dos Deputados Antonio Anibelli e Chico Noroeste, que proíbe veículos de comunicação de veicularem propagandas de fins eróticos e outras atividades congêneres. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **(Publ. no DA nº 128/10 de 26/10/09 em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 585/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Chico Noroeste e do Deputado Antonio Anibelli, visa proibir a veiculação de propagandas e fins eróticos, visando restringir o acesso de crianças e adolescentes à imagens de cunho pornográfico.

Recebeu emenda de autoria do próprio autor, visando dar maior completude ao projeto de lei.

Fundamentação

Primeiramente, cumpre-nos destacar que a proteção à infância e à juventude constitui direito social, arrolado como direito fundamental, conforme artigo 6º da Constituição Federal:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 026, de 2000).

Essa proteção é de tal relevância que o Constituinte originário tratou de atribuir competência para legislar sobre o tema tanto para a União quanto para os Estados membros, buscando dar legitimidade para as ações de cunho regional. A competência concorrente encontra-se no artigo 24:

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XV - proteção à infância e à juventude;

No mesmo sentido é a disposição do artigo 203 da Constituição Federal:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

Como a matéria abordada encontra-se no rol de competências concorrentes, podemos observar que a União tratou de abordar o tema em caráter geral, quando elaborou o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90) tendo, inclusive, abordado o tema relativo as publicações destinadas a estas pessoas, conforme artigos 78 e 79:

Art. 78. As revistas e publicações, contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializados em embalagens lacrada, com a advertência de seu conteúdo.

Parágrafo Único. As editoras cuidarão para que as capas que contenham mensagens pornográficas ou obscenas sejam protegidas com embalagem opaca.

Art. 79. As revistas e publicações destinadas ao público infanto-juvenil não poderão conter ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios de bebidas alcoólicas, tabaco, armas e munições, e deverão respeitar os valores éticos e sociais de pessoas e da família.

Podemos constatar, entretanto, que a norma federal aborda tão somente as publicações que tem como público alvo o infante-juvenil, nada mencionando sobre aqueles que, ainda que destinados à público diverso, estejam ao alcance de crianças e adolescentes.

Nada obstante ainda, cumpre-nos citar a Lei Estadual nº 13044/01, que dispõe sobre os requisitos para a veiculação de propaganda com fins eróticos, ou seja, fim diverso do apresentado no presente projeto de lei.

Consoante justificativa do autor, a presente medida destina-se exatamente à proteção da infância e da adolescência, visando restringir o acesso a imagens de cunho erótico, quando passíveis de acesso por indivíduos ainda em formação.

Dessa forma, o Legislador Estadual, ao abordar o tema, atua de forma a suplementar a legislação federal, tornando-a ainda mais abrangente sem, contudo, contrariá-la, razão pela qual o presente projeto encontra fundamento constitucional. Conforme explica Manoel Gonçalves Ferreira Filho¹, forma suplementar é uma subespécie da competência concorrente; é aquela que preenche os vazios da norma geral; para alguns ela é “complementar”. Assim, a União deve estabelecer normas gerais e os Estados podem legislar de forma suplementar, complementando as normas da União mas não invadindo sua competência.

Assim, podemos constatar que a aprovação do presente projeto configura-se legítima, vez que estão aferidas a constitucionalidade material e formal.

Do ponto de vista da Lei Complementar nº 095/98, inexistente óbice ao trâmite regular do presente projeto.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade apresentada pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JUNIOR - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 585/09

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, tem como escopo proibir veículos de comunicação de veicularem propagandas de fins eróticos e outras atividades congêneres.

Distribuído a esta comissão para que, regimentalmente, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, entende a Comissão de Segurança Pública que o projeto é de fundamental importância para sanar uma grave situação que afeta a moral e os bons costumes da nossa sociedade, especialmente trazendo prejuízos às crianças e adolescentes.

1. Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Curso de Direito Constitucional, 30ª ed., Saraiva, p.61.

Em assim sendo, não havendo qualquer óbice à prosperidade de proposição em tela, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 585/09.

Sala das Comissões, em 03/11/09.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
PROFESSOR LEMOS - Relator

Em discussão. Em votação

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Para discutir, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Seria apenas uma observação. A minha preocupação é que os jornais, ao invés de outdoors, realmente anunciam, por exemplo, na revista Playboy vai ter em tal anúncio. Ou a revista Cláudia tem mais conteúdos. Teoricamente, aqui, está proibindo isto também, de uma empresa de outdoor ter um painel seu, com uma propaganda deste tipo de revista ou mesmo um jornal de anunciar uma revista. Acho que a redação desta lei, pode até ser legal. Hoje vou votar na legalidade; mas no mérito, ela não pode passar dessa forma. Fazer essa ressalva aos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeito.

Estamos votando hoje, em 1ª Discussão. V. Exa. pode apresentar uma Emenda, em 2ª Discussão. Com a palavra, o Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, na mesma preocupação, que manifestou o Deputado Stephanes, eu já manifestei na CCJ. Acho que o projeto é inconstitucional. Porque primeiro, estamos ainda que com o argumento, me parece correto de estarmos fazendo um debate, sobre a proteção da infância, baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente. Estamos entrando em um campo, que tem uma regulamentação federal. E que compete à esfera federal fazer a regulamentação da Lei de Imprensa, de toda a vinculação.

Fico me perguntando, Sr. Presidente, como iremos proceder com os jornais, por exemplo, que vêm do Rio, de São Paulo e que têm nas suas páginas uma opção que acho exclusiva do jornal, determinados espaços com esse tipo de anúncio? Acho que a intenção do Legislador do Paraná é a melhor possível, dos Deputados Anibelli e Chico Noroeste. Não vejo como, na prática, isso acontecer. Como faremos, por exemplo, com os jornais que são de Santa Catarina e que vêm até a Cidade de União da Vitória, que é divisa com Porto União? Vamos colocar fiscais para proibirem que esses jornais circulem nessas bancas? Vamos proibir que esses jornais, por exemplo como a Folha de São Paulo, que tem esse mesmo tipo de anúncio, deixem der circular no Estado do Paraná? Acho que se não estiverem bem claros esses questionamentos, no meu entendimento estamos votando uma matéria - por

isso o meu voto será contrário, como já foi na CCJ - que tem um viés de inconstitucionalidade absolutamente flagrante.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, o Deputado Antonio Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Assinei junto com o Deputado Chico Noroeste esse projeto. Não o vejo aqui. Ele tanto insistiu com V. Exa. para que esse projeto viesse à Ordem do Dia, mas já que o projeto teve o parecer favorável da Comissão e Justiça, o Deputado Tadeu Veneri disse que votou contra lá, temos que fazer a nossa obrigação de Deputados Estaduais do Paraná. Não é de Santa Catarina e nem do Rio de Janeiro. Temos que indicar aos nossos jornais, tão moralistas e espetaculares, que fazer propaganda de sexo para vender o corpo de mulheres, que poderá ter menores nas casas onde elas fazem, cabe a nós justificarmos a representatividade que temos do nosso povo, a quem devemos o voto e a representação.

Então, vamos fazer a nossa lição de casa. O problema dos jornais de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro cabe a eles fazerem. Se eles não têm Deputados do PT, como V. Exa. lá, o PT de Santa Catarina e do Rio de Janeiro que mude. Porque aqui V. Exa. representa bem o PT. E nós, o Deputado Chico Noroeste do PR, eu do PMDB e talvez a maioria dos Deputados da Comissão de Constituição e Justiça e deste Plenário.

Por isso, Sr. Presidente, peço que esse projeto seja votado em 1ª discussão. A Playboy, que é do Deputado Stephanes Júnior, que ele defende, não cabe a mim, porque eu nem meus eleitores lemos. Temos que nos ater às coisas nossas, do nosso povo, e fazer o que achamos. Peço a V. Exa. que votemos em 1ª e 2ª discussão, os Deputados que apresentem as emendas e daí vamos discutir na Comissão de Justiça.

Obrigado.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Apesar de achar a Playboy uma boa revista, não é isso que estou falando. Estou defendendo as empresas de outdoor e jornais que vinculam propagandas dessa revista e que teoricamente não vão poder mais anunciar. Apenas uma correção.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, apenas para desfazer um mal entendido por parte da argumentação feita pelo Deputado Tadeu Veneri. Se os senhores e senhoras lerem o projeto, não estamos tratando aqui de fazer um veto ou proibição à circulação da revista Playboy ou qualquer outra revista. O que está se vetando aqui de forma expressa, que são jornais, revistas, panfletos e publicações em geral de clas-

sificados, bem como qualquer outro veículo de comunicação, ficam proibidos de veicularem mensagens ou propagandas que ofereçam serviços de acompanhantes, garotos e garotas de programa, de telefones, mensagens, saunas com fins eróticos e outras atividades congêneras. Não estamos tratando aqui de proibir a veiculação de revistas que possam elevar a libido das pessoas, o que está se tentando impedir aqui é a comercialização do sexo. Esse é o objetivo do projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão. Em votação. Aprovado, com o voto contrário do Deputado Tadeu Veneri.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1712, 1713 e 1724, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1714 a 1723, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1727 a 1731 e 1766, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1735, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1745 a 1765, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Quero lembrar aos senhores que na Sessão normal de quarta-feira teremos a visita do Secretário da Fazenda, para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, às 14h30.

Apenas para comunicar aos Srs. Deputados para que a partir deste momento já se encontra on-line a relação dos nossos servidores da Casa.

Encerramento da Sessão:

nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 01 de junho, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 619/09, 004, 210 e 214/10.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 585/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Atos****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0736/10**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6591, datado de 17/05/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a MARIA APARECIDA DA SILVA, matrícula nº 41166, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-09, com lotação na Diretoria Administrativa, 01 (um) ano de licença sem vencimentos para o trato de interesses particulares, no termos do parágrafo 2º, do artigo 240, da Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/05/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0740/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4931, datado de 05/05/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, à MARGARIDA MARIA T. DE FREITAS MUGGIATI, portadora do RG nº 135.593-7, viúva do ex-Deputado Estadual José Muggiati Filho, falecido em 25/04/10, pensão mensal nos termos da Lei nº 4763/63, com valor estipulado pelo artigo 2º, da Lei nº 13426/02 e nos termos do artigo 3º, do Decreto Legislativo nº 180/64.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25/05/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral**Portarias****PORTARIA Nº 0441/10**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7821, datado de 20/05/10, deste Poder,

R E S O L V E :

alterar a Composição da Comissão Permanente de Licita-

ção, indicando DANTE LECHINSKI, matrícula nº 6063, em substituição ao funcionário GIL ELLIANS XAVIER DE ARAUJO, matrícula nº 40.737, passando a mesma a ter a seguinte composição:

- Presidente: REGINA MARIA LEVANDOSKI (matrícula nº 40.769)

- Membro: DANTE LECHINSKI (matrícula nº 6063)

- Membro: PAULO FERNANDO NEIVA DE LIMA (matrícula nº 40.097)

Gabinete da Diretoria Geral, em 26/05/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0442/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7861, datado de 24/05/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, DIRLEI TEREZINHA SPAGNOL DE MOURA, matrícula nº 1880, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 24/05/10, com término em 20/09/10, CID. 10 I.80.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28/05/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0443/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5266, datado de 05/06/10, deste Poder,

R E S O L V E :

lotar, as servidoras MUNA BITTAR, matrícula nº 40.010 e JANETE APARECIDA MUNHOZ, matrícula nº 40.780, junto à Coordenadoria da Ata.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31/05/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0444/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7734, datado de 19/05/10, deste Poder,

R E S O L V E :

designar que, a servidora SUELY FAZZINI DA SILVA REIMANN, matrícula nº 40.396, seja lotada junto à Coordenadoria da Ata.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28/05/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

